Revista

Poli

SAÚDE · EDUCAÇÃO · TRABALHO

Ano XVIII – Nº. 104
mar./abr. – 2026

ENTREVISTA
Maria do Carmo Leal analisa dados da nova edição do estudo "Nascer no Brasil"

BRASIL QUE CUIDA
Plano Nacional tenta enfrentar desigualdades no trabalho de cuidado

Devolução Física
Correios

Mala Direta Básica
9912631800/2025-DR/RJ
FIOCRUZ
Correios

Fechamento autorizado - pode ser aberto pelos correios



ROSTOS CRIADOS POR INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL.

RECORDE DE FEMINICÍDIOS

Que estruturas sociais sustentam (e tentam justificar) tantos assassinatos de mulheres diariamente?



A Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV) é uma unidade técnico-científica da Fiocruz que promove atividades de ensino, pesquisa e cooperação no campo da Educação Profissional em Saúde. A EPSJV oferece cursos técnicos de nível médio, de especialização e de qualificação nas áreas de Vigilância, Atenção, Informações e Registros, Gestão, Técnicas Laboratoriais, Manutenção de Equipamentos e Radiologia, além da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e de um Programa de Pós-graduação em Educação Profissional em Saúde.

A EPSJV coordena e desenvolve programas de ensino em áreas estratégicas para a Saúde Pública e para Ciência e Tecnologia em Saúde; elabora propostas para subsidiar a definição de políticas para a educação profissional em saúde e para a iniciação científica em saúde; formula propostas de currículos, cursos, metodologias e materiais educacionais; e produz e divulga conhecimento nas áreas de Trabalho, Educação e Saúde. A Escola também é Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para a Educação de Técnicos em Saúde e Secretaria Executiva da Rede Internacional de Educação de Técnicos em Saúde (RETS).

www.epsjv.fiocruz.br

/polifiocruz

@polifiocruz

@polifiocruz

polifiocruz

polifiocruz

+55 21 96473-6462*

*Para receber as mensagens da lista do WhatsApp da EPSJV você precisa salvar esse número no seu telefone e enviar uma mensagem com seu nome completo.

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
Av. Brasil, 4.365 – Manguinhos – Rio de Janeiro – RJ – CEP: 21040-360
Tel.: 21 3865-9797

Revista
Poli
SAÚDE • EDUCAÇÃO • TRABALHO


GOOGLE GEMINI

SUMÁRIO

2 **NOTAS**

4 **CAPA**
#8M e a luta pelo direito de (sobre)viver

10 Homens que matam mulheres

12 **EDUCAÇÃO**
O ódio como projeto

14 **POLÍTICAS PÚBLICAS**
Cuidar de quem cuida

18 **ENTREVISTA**
Maria do Carmo Leal
'As mulheres são rotineiramente violentadas e no parto isso também acontece'

22 **ESCOLAS DO CAMPO**
Portas fechadas para a Educação do Campo

26 **LEI ANTIMANICOMIAL**
Uma reforma inacabada

31 **DICIONÁRIO**
Imperialismo

EXPEDIENTE

Ano XVIII - Nº 104 - mar./abr. - 2026
Revista POLI: saúde, educação e trabalho - jornalismo público para o fortalecimento da Educação Profissional em Saúde
ISSN 1983-909X

Coordenadora de Comunicação, Divulgação e Eventos
Talita Rodrigues

Edição
André Antunes
Erika Farias

Reportagem
André Antunes
Erika Farias
Giulia Escuri

Projeto Gráfico
Maycon Gomes

Diagramação
José Luiz Fonseca Jr.
Marcelo Paixão
Maycon Gomes

Capa
Erika Farias
Maycon Gomes

Mala Direta e Distribuição
Valéria Melo

Portal EPSJV
Cátia Guimarães

Mídias Sociais
Larissa Guedes

Comunicação Interna
Julia Neves
Talita Rodrigues

Editora Assistente de Publicações
Gloria Carvalho

Assistente de Gestão Educacional
Solange Maria

Tiragem
11.250 exemplares

Periodicidade
Bimestral

Gráfica
Imprimindo Conhecimento

Conselho Editorial
Adriana Ricão
Alexandre Moreno
Ana Cristina Reis
Anamaria Corbo
André de Paiva
Andréa Oliveira
Angelica Fonseca
Antônio Marinho
Camila Borges
Carla Cabral
Edilene Menezes
Etelcia Molinaro
Geandro Pinheiro
Jefferson Almeida
Márcia Valéria Morosini
Márcia Lopes
Raphael Quintanilha
Sérgio Ricardo de Oliveira
Viviane Soares

Receba a Revista Poli e assine nosso boletim!

www.epsjv.fiocruz.br

Endereço
Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Sala 306
Av. Brasil, 4.365 – Manguinhos – Rio de Janeiro - RJ CEP.: 21040-360
Tel.: (21) 3865-9718 Fax: (21) 2560-7484 –
E-mail: comunicacao.epsjv@fiocruz.br

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO
FIOCRUZ
SUS

Projeto que regulamenta profissão de doula é aprovado na Câmara e segue para sanção

A Câmara dos Deputados aprovou no dia 11 de março o Projeto de Lei (PL) nº 3.946/2021, que regulamenta a profissão de doula. Essas profissionais oferecem apoio à gestante durante a gravidez, o parto e o pós-parto, além de incentivar a realização do acompanhamento pré-natal em unidades de saúde. A proposta segue agora para sanção presidencial. O texto estabelece que as doulas deverão ter diploma de ensino médio e certificado de curso de qualificação profissional em doulagem, com carga horária mínima de 120 horas. A exigência não se aplica às profissionais que já exerçam, comprovadamente, a atividade há mais de três anos. Com a aprovação do projeto, as doulas também passam a integrar as equipes de saúde da atenção básica. Em uma postagem no Instagram, a Federação Nacional de Doulas (Fenadoulas) comemorou a aprovação. "A vitória é nossa. Mas a conquista é também pela vida das mulheres e pessoas que gestam, por uma experiência respeitosa e digna de gestação, parto, nascimento e pós-parto, pelos bebês e pelas famílias".

Avanço do setor privado no ensino técnico em Ambiente e Saúde

Dados do boletim "O Eixo Ambiente e Saúde nas redes pública e privada de Educação Profissional e Tecnológica no Brasil", lançado em março de 2026 pelo Observatório dos Técnicos em Saúde (OTS), da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV/Fiocruz), indicam que, em 2024, apenas 141 mil estudantes cursavam a área de Ambiente e Saúde na rede pública. Isso representa somente 9,96% do total de matrículas em cursos técnicos em instituições públicas naquele ano (1,4 milhão). Na rede privada, ao contrário, esse eixo concentra 44,9% das 972 mil matrículas, o equivalente a cerca de 436 mil estudantes. Em entrevista ao jornalista Paulo Schueler, a coordenadora do OTS, Carla Cabral, afirmou que os dados apontam para a privatização do ensino técnico em Ambiente e Saúde e reforçam a necessidade de mais recursos em uma "educação pública estatal e de qualidade e que fortaleça o SUS e o direito à vida".

João Leal, pesquisador do OTS, considera preocupante que a formação no eixo Ambiente e Saúde, que contempla vários cursos importantes dentro do sistema público de saúde, venha sendo ofertada majoritariamente no setor privado. "O direito constitucional à saúde, operacionalizado por um sistema público, tem sua potencial força de trabalho majoritariamente formada no setor privado. Inúmeras consequências podem ser geradas a partir dessa contradição" alertou Leal.

VINICIUS LOURES/CÂMARA DOS DEPUTADOS



Deputadas comemoram aprovação do PL nº 3.946/2021.



ANTÔNIO CRUZ/AGÊNCIA BRASIL

O Censo Escolar reúne dados de todas as escolas públicas e privadas do país, em parceria com secretarias estaduais e municipais de educação.

Dados apontam tendência de esvaziamento do Ensino Médio Integrado

O Censo Escolar 2025, divulgado no final de fevereiro pelo Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), mostra uma tendência preocupante para a Educação Profissional e Tecnológica, segundo o pesquisador da Universidade Federal do ABC (UFABC) Fernando Cássio. Em entrevista ao Portal EPSJV em março, Cássio chamou atenção para o crescimento mais expressivo das matrículas em cursos de Formação Inicial e Continuada (de baixa carga horária e mais curta duração) - que passaram de 186,8 mil para 697,8 mil de 2024 para 2025 – do que nos cursos técnicos, que passaram de 2,38 milhões de matrículas para 2,49 milhões. Para o pesquisador, trata-se de um efeito da Reforma do Ensino Médio, que fragmentou o currículo do ensino médio, tornando a formação técnica um itinerário formativo, e incentivou a oferta de cursos de qualificação FIC, muitos deles em parceria com o setor privado. "A formação técnica mesmo não está sendo estimulada. Está crescendo um pouquinho porque você tem movimentos de ampliação dos Institutos Federais, de criação de cursos [...] é natural que isso se expanda um pouco. Mas poderia se expandir muito mais se a Reforma do Ensino Médio fosse voltada para isso", diz Cássio. Ele ressalta que investir na formação integrada, nos Institutos Federais – que são referência para a educação pública de excelência no país - requer um investimento maior. "Bateu-se muito bumbo sobre o quanto a Reforma do Ensino Médio ampliaria o acesso à Educação Profissional, mas o que está se ampliando é o acesso a uma Educação Profissional de qualidade mais baixa, mais aligeirada", reforça o professor da UFABC. Além disso, os dados apontam para um enfraquecimento da modalidade do Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, grande diferencial dos Institutos Federais, cujas matrículas foram agrupadas no Censo junto com a modalidade concomitante (quando o curso técnico e o ensino médio comum são cursados ao mesmo tempo, mas com currículos, matrículas e instituições separadas). Um traço comum a outras normativas do governo federal sobre educação profissional, como a Política Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, de 2025. "Eles adotaram uma nomenclatura mais geral para dissolver dentro dela o Ensino Médio Integrado. E isso [tem relação com] as tentativas de ressignificar a função dos Institutos Federais, de transformar os Instituto Federais nesse lugar de oferta de cursos de duração mais curta", aponta Cássio, e completa: "Eles querem enquadrar a Educação Profissional e Tecnológica, que ainda é majoritariamente ofertada na forma de ensino técnico, como itinerário formativo", argumenta Cássio. Nesse movimento, diz ele, a "identidade" dos Institutos Federais de oferecer Ensino Médio Integrado à Educação Profissional, "a mais complexa e custosa, mas sem dúvida a melhor e mais qualificada" das formações profissionais, fica ameaçada, segundo o pesquisador. "Não é só uma questão de nomenclatura. Agora, de onde saiu isso? Saiu do Inep? Eu acho que isso precisa ser debatido", conclui.

Projeto que regulamenta profissão de cuidador de idosos é alvo de críticas da categoria

A presidente da Associação dos Cuidadores da Pessoa Idosa, da Saúde Mental e com Deficiência do Estado do Rio de Janeiro (Acierj), Ana Gilda dos Santos, fez críticas ao Projeto de Lei nº 76/2020, que regulamenta a profissão de cuidador de idosos, em entrevista à Poli. O texto do PL, aprovado na Comissão de Assuntos Econômicos da Câmara dos Deputados no dia 3 de março, exige ausência de antecedentes criminais e permite a contratação como microempreendedor individual (MEI), com comprovação de recolhimento previdenciário. "Em um país marcado por tantas desigualdades sociais e por um forte racismo estrutural, isso pode acabar restringindo o acesso ao trabalho. Esse projeto não foi debatido com as categorias e não houve convocação para que representantes das trabalhadoras participassem", criticou Santos.

O PL, que segue para análise final na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), prevê ainda exigências como idade mínima de 18 anos, atestado de saúde física e mental, ensino fundamental completo e curso de qualificação profissional. Profissionais com dois anos de experiência comprovada não precisarão apresentar esta certificação.

#8M e a luta pelo direito de (sobre)viver

No mês da mulher, a Poli investiga que estruturas socioculturais e políticas têm sustentado o aumento vertiginoso de feminicídios no Brasil

ERIKA FARIAS



MÍDIA NINJA

Vinte e nove de novembro de 2025: Douglas Alves da Silva é acusado de atropelar e arrastar, embaixo de seu carro, Tainara Souza Santos. Ela morreu um mês depois; 29 de janeiro de 2026: de acordo com a Polícia Civil, Waldir Abling teria atirado contra sua ex-esposa, Marlei de Fatima Froelick, matando-a na frente de seu pai. Ela havia solicitado medida protetiva de urgência – inicialmente negada, mas aceita após recurso no Ministério Público do Rio Grande do Sul; 21 de fevereiro: Diego Sansalone é acusado de matar Júlia Gabriela Bravin Trovão após um ataque a tiros – a vítima havia registrado 10 boletins de ocorrência e pedido três medidas protetivas contra seu suposto agressor; 25 de fevereiro: Cássio Zampieri é acusado de matar a facadas sua ex-namorada Cibelle Monteiro Alves, na loja onde ela trabalhava – dentro de um shopping. Ela já o denunciava havia três anos.

Pelo menos quatro mulheres são assassinadas diariamente no Brasil, vítimas de feminicídio - crime de violência doméstica ou familiar, ou por menosprezo ou discriminação à condição de mulher. De acordo com dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP), em 2025, 1.568 morreram vítimas deste crime. Um recorde assustador, que renova outro, de 2024, quando 1.492 mulheres morreram pela mesma razão. Esse é o maior número registrado até então desde a tipificação da Lei nº 13.104/2015, conhecida como Lei do Feminicídio, que colocou este formato de crime no Código Penal como circunstância qualificadora do homicídio, com reclusão de 12 a 30 anos. Legislação atualizada em 2024 pela Lei nº 14.944, quando o feminicídio deixou de ser um agravante "qualificador", tornando-se um crime autônomo, ou seja, passou a contar com artigo próprio e pena própria, que agora vai de 20 a 40 anos de reclusão.

O relatório Feminicídios em 2023: Estimativas Globais de Feminicídios por Parceiros Íntimos ou Membros da Família, elaborado pela ONU Mulheres e pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime (UNODC), mostra que, globalmente, 85 mil mulheres e meninas foram mortas intencionalmente em 2023. Sessenta por cento desses homicídios (51 mil) foram cometidos por parceiros íntimos ou outros membros da família. No Brasil, de acordo com o FBSP, 96% dos feminicídios são cometidos por companheiros, ex-companheiros ou familiares. Além disso, o lar – espaço que deveria representar conforto e descanso – é onde cerca de 66% dessas mulheres são assassinadas. Não por um "monstro desconhecido", mas por homens em quem confiavam.

Para a antropóloga e professora da Universidade de Brasília (UnB), Debora Diniz, quando um homem mata uma mulher com quem teve um vínculo íntimo, é muito importante deslocar esse imaginário de um sujeito absurdo, fora do mundo ou de seu caráter fora da ideia de normalidade. "Ele está dentro da vida cotidiana das mulheres e de todas nós. Ele é alguém que está na sua vizinhança. É o sujeito que faz parte da família, das relações de trabalho, das relações comunitárias", afirma.

Avanço nas políticas

A cada mulher que é assassinada por feminicídio, cabe o questionamento sobre as inúmeras falhas do Estado que levaram a este desfecho. "Enquanto outros homicídios, briga de bares, no trânsito, são homicídios que a gente não consegue prever, o feminicídio tem essa roupagem de 'assassinato evitável', porque o homem não acorda e decide naquele dia matar a mulher: o feminicídio é o ato final de uma trajetória de violências", explica a promotora de Justiça de Enfrentamento à Violência Doméstica de São Miguel Paulista (SP), Ariella Shiraki.

E com um número tão elevado de mortes por este crime, é possível pensar que são poucas as legislações voltadas a essa temática. Mas não é o caso. Além da Lei do Feminicídio, outras políticas públicas voltadas à proteção da mulher têm se dado ao longo das últimas décadas no país, em especial a partir de 2003, com a criação da Secretaria de Políticas para as Mulheres; e 2004, quando foi lançado o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM), que trazia entre suas diretrizes a questão mais específica do enfrentamento à violência. Porém, por vezes, o que se observa são políticas desarticuladas, com recursos escassos ou dependentes de posicionamentos do governo.



MÍDIA NINJA

MÍDIA NINJA

Em 2006, com a criação da Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340), a legislação passou a abordar a questão da violência contra a mulher como uma prioridade. Seu arcabouço legal é robusto, criado para "coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher". Segundo ela, "toda mulher, independentemente de classe, raça, etnia, orientação sexual, renda, cultura, nível educacional, idade e religião, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades e facilidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social". A legislação é considerada por diversos organismos internacionais como uma das três maiores leis do mundo, tamanha sua abrangência, que não apenas trata da punição do agressor, mas cria todo um sistema de proteção.

A questão da violência contra a mulher é um tema que atravessa a Saúde Coletiva, por se tratar de um determinante social da saúde. Se desde o início dos anos 2000, uma série de mobilizações passaram a conquistar políticas voltadas à proteção feminina, nos últimos anos, diante do escalonamento da violência, a atenção para o tema também se amplificou. Em 2023, o governo federal retomou o programa Mulher: Viver sem Violência, que havia sido criado em 2013. O programa conta com uma série de medidas de enfrentamento à violência contra a mulher. No ano seguinte, em 2024, foi lançado o Pacto Nacional de Prevenção aos Feminicídios, coordenado pelo Ministério da Mulheres, com o objetivo de pensar em políticas interfederativas, mobilizando União, estados e municípios. "Esse Pacto Nacional constituiu um comitê interministerial reunindo 11 ministérios, que construíram um plano de ação com 72 atividades dirigidas à ação preventiva, primária, secundária e terciária", explica Estela Bezerra, secretária Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher. Bezerra detalha que a primária seriam ações de prevenção antes que a situação acontecesse; a secundária seria de atendimento e acolhimento das mulheres para romper com o ciclo de violência; e a terciária teria um teor reparatório: de benefício financeiro aos órfãos do feminicídio e reparação da arcada dentária danificada por conta de agressão de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar.

Em 1983, Marco Antônio Viveros, então marido de Maria da Penha Maia, tentou assassiná-la duas vezes. Na primeira, deu um tiro enquanto ela dormia, deixando-a paraplégica. E na segunda, tentou eletrocutá-la no banho. Foram quase duas décadas até o início do cumprimento de sua pena. Por este caso, o Brasil foi condenado pela Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos (CIDH/OEA), por negligência e omissão, sendo cobrado a pensar em medidas mais eficazes na defesa de mulheres.

No mesmo ano, foi sancionada a Lei nº 14.899/2024, que instituiu o Plano Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher, com eixos estruturais que passavam pela prevenção, assistência às vítimas, responsabilização dos agressores, produção de dados e monitoramento, e integração entre políticas públicas. "Essa lei apontava para a necessidade da interfederatividade, para que os estados em seus territórios tivessem planos adequados. Mas a gente sentia falta de um pacto e de uma ação articulada dos poderes", conta a secretária, explicando: "Isso porque existem situações, por exemplo, na medida protetiva de urgência que não dependem só do Executivo, dependem da relação do Executivo com o Legislativo, com o Judiciário. Hoje a gente tem estados que emitem, aprovam um pedido de medida protetiva em quatro horas e tem estados que passam 45 dias e ainda não conseguiram expedir uma medida. E isso é a relação do sistema de Justiça com o sistema de segurança pública", afirma Bezerra.

Neste âmbito, foi lançado em 4 de fevereiro de 2026, o Pacto Nacional Brasil contra o Feminicídio, uma parceria entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário brasileiros, voltado à proteção de meninas e mulheres, com medidas protetivas e responsabilização de agressores mais rápidas, além da atuação coordenada entre justiça, política, assistência social e redes de acolhimento. "A gente não está falando de governo, mas das três principais instituições do Estado brasileiro terem uma posição unificada, contrária ao feminicídio, por considerarem o feminicídio uma morte 100% evitável", declara Estela Bezerra. A atuação conjun-

ta entre os entes federativos, tema já abordado pela Lei Maria da Penha, é defendida também pela psicóloga e pesquisadora da Universidade de Brasília (Unb), Valeska Zanello. "A política pública de prevenção não pode ser só uma política de estado e de município. Tem que ser uma política federal. Porque senão tem estado que não cumpre ou que faz qualquer coisa só para mostrar número", afirma.

E se o feminicídio é um crime evitável, quando uma mulher é assassinada por esta razão, há de se entender quais e por quê determinadas estruturas falharam. Uma dessas brechas pode acontecer, justamente, no atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS). No acolhimento inicial de mulheres em situação de violência no SUS, por exemplo, a ideia é não apenas que o profissional de saúde identifique a violência e faça sua notificação – que é compulsória e serve de base para o Sistema de Informações de Agravos e Notificação (Sinan), cujo objetivo principal é produzir dados epidemiológicos -, mas que possa acolher a vítima e orientá-la, ou ainda, acionar a chamada rede de proteção que conta com a Casa da Mulher Brasileira, Centros de Referências, Delegacias de Atendimento à Mulher (Deam), Defensorias Públicas, Núcleos Integrados de Atendimento às Mulheres, entre outros. Entretanto, o que se percebe ainda hoje é que uma grande parcela de vítimas de feminicídio já passaram por consultas no SUS, seja por conta de agressões ou de sintomas psicológicos decorrentes delas e, ainda assim, tiveram de enfrentar um escalonamento dessa violência.

Este quadro aponta a necessidade de dados e análises de informações mais precisas e intercruzadas, além da especialização de profissionais para os dispositivos da rede de proteção, sem deixar de lado um aspecto que interfere diretamente no modo como essas mulheres serão atendidas e encaminhadas: o medo que muitos profissionais sentem ao fornecer orientações de proteção – especialmente quando os casos acontecem dentro de comunidades. Estela Bezerra explica que quando a vítima procura um hospital ou uma rede especializada com uma lesão oriunda de violência, por exemplo, a notificação no Sinan já é feita. Porém, é no dia a dia, nos atendimentos da assistência básica que surgem grandes desafios. "Há profissionais que são reconhecidos pela comunidade. Muitos deles alegam que não fazem a ruptura com a situação de violência porque temem, inclusive, que a agressão chegue até eles", explica.

Em relação a casos como esses, Ariella Shiraki reforça a necessidade de que os relatórios não sejam "pessoais", e sim, assinados pelo órgão de saúde em questão. Mas a promotora enfatiza que os atendimentos nas Unidades Básicas de Saúde (UBSs), por si só, não bastam: é fundamental fortalecer a integração entre os elementos da rede de proteção. Para ilustrar, ela relembra um caso específico: "Nós tínhamos uma vítima em situação de violência doméstica que já tinha registrado uma ocorrência há muitos anos, por volta de 2021 e 2022, e obtido medidas protetivas, só que elas já não tinham mais validade. Esse agressor estava preso por outros crimes e foi solto no início desse ano. Assim que ele foi solto, voltou a procurá-la, e começou a fazer reiteradas e graves ameaças a ela e aos filhos", conta. A promotora relata ainda que a mulher tinha cinco filhos e estava no oitavo mês de uma nova gestação. "Ela só vivia para o trabalho e para as crianças, não tinha a menor condição de ir a uma delegacia, nem força para reagir a essa ameaça: ela simplesmente estava resignada. Já tinha até aceitado o destino de ser morta nas mãos desse agressor", complementa a promotora.

A reviravolta – que deveria ser o *modus operandi* em casos como esse – foi o fato de que a rede que realizava o atendimento desta família, no caso o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (Creas), detectou a situação de violência e reportou o caso para outros órgãos da rede como o Conselho Tutelar e Ministério Público. "A gente fez reunião de rede, conseguiu provas dessa situação de violência e conseguiu prender esse homem antes que ele consumasse o feminicídio. Esse é um exemplo bem simples e prático de como uma rede bem estruturada consegue identificar precocemente uma situação de risco, acionando órgãos do sistema de Justiça capazes de intervir antes que o resultado letal aconteça", afirma Shiraki.

Desafios de romper com o agressor

Há quem, em determinado momento, possa se perguntar: "mas se o relacionamento não estava bom, por que simplesmente essas mulheres não terminaram e foram embora"? Neste ponto, cabe dizer que boa parte das vítimas de feminicídio (ou tentativa), não estava mais com os antigos companheiros. Mesmo assim, sair de um relacionamento abusivo/violento envolve mais que simples vontade.

A pesquisadora da UnB, Valeska Zanello, explica que, embora o fator econômico - que, em inúmeros casos, interfere na saída de uma mulher de uma relação violenta - seja relevante, há outros aspectos sociais que resultam em um excesso de culpabilização da mulher que não mantém um casamento. "Tem muitas mulheres que são desembargadoras, CEOs, que estão num lugar de poder e que estão numa relação abusiva. É sobretudo a esperança de que agora este homem vai mudar. E se ele não mudou, o que eu fiz de errado? Existe um processo cultural de 'hiperculpabilização' das mulheres, seja em relação ao que elas sentem ou fazem, seja em relação ao que os homens sentem e fazem", explica. Sua fala é reforçada pela promotora Ariella Shiraki. "Antes de trabalhar mais próxima da violência doméstica, eu imaginava que pesava muito mais a dependência financeira. Só que, incrivelmente, eu tenho atendido muitas mulheres independentes financeiramente, mas que tinham uma dependência emocional, uma pressão social muito maior para manter o relacionamento. É uma pressão do tipo 'você casou com ele, construiu uma família com ele, vai desistir de tudo? Você vai ficar sem marido? Quem vai criar os seus filhos? Quem vai te proteger?'. E às vezes esse discurso mina muito mais a confiança dessa mulher, a ponto de ela não ver uma vida que não seja a vida ao lado dele", conta.

Para abordar essa dependência, Zanello explicita o impacto daquilo que chama de "dispositivo amoroso" na manutenção dos relacionamentos por parte das mulheres. Ela explica que o amor é a forma pela qual mulheres se subjetivam no mundo e aprendem o seu valor. "Nós, mulheres, aprendemos uma forma de amar que nos vulnerabiliza. E esse é um ponto importante: a gente aprende a terceirizar a nossa autoestima

e o que está em xeque em terminar uma relação não é só, simplesmente, ficar sozinha", diz. Este "alto investimento" faz com que mulheres tratem os homens como únicos, tornando-se um desafio "abrir mão" do relacionamento conquistado – mesmo quando ele é ruim. Para explicar melhor, a pesquisadora criou uma metáfora que dá nome a um de seus livros, "A prateleira do amor: sobre mulheres, homens e relações" (Appris Editora, 2022). "A gente aprende que só é digna como pessoa se a gente tem alguém que nos escolheu", continua.

Segundo ela, quando se pensa em uma prateleira de supermercado, há vários lugares ocupados por produtos diferentes. E, em geral, o consumidor pega o que está na frente – lá atrás ficam os produtos menos vendidos. A pesquisadora explica então que é muito mais difícil sair de uma relação violenta quando se ocupa "o pior lugar na prateleira". "Porque aquele cara passa a ser o salvador. 'Se não for ele, quem vai me querer?'. E os homens aprendem na masculinidade a abusar disso", diz. Este lugar na "prateleira" evidencia ainda a necessidade de se abordar o aspecto da interseccionalidade ao debater o feminicídio, entendendo que diferentes formas de opressão tais como raça e classe se cruzam à questão de gênero e interferem na produção de desigualdades. De acordo com o FBSP, dos 5.729 registros de feminicídio no país entre 2021 e 2024, 62,6% das vítimas eram negras, enquanto apenas 36,8% eram brancas. Zanello explica que a prateleira do amor é mediada por um ideal estético historicamente construído sobre o que é ser belo, de acordo com determinada época. "Hoje esse ideal é branco, louro, magro e jovem. Então, quanto mais distante desse ideal, pior o seu lugar na prateleira. Primeira coisa, a prateleira é racista. Lá atrás da prateleira estão também as mulheres gordas, as mulheres velhas, que em alguns estados brasileiros podem ter acima de 30 anos. Por que que tem diminuído o número de feminicídios de mulheres brancas e de mulheres negras não?", questiona a pesquisadora.

> "NÓS, MULHERES, APRENDEMOS UMA FORMA DE AMAR QUE NOS VULNERABILIZA. E ESSE É UM PONTO IMPORTANTE: **A GENTE APRENDE A TERCEIRIZAR A NOSSA AUTOESTIMA E O QUE ESTÁ EM XEQUE EM TERMINAR UMA RELAÇÃO NÃO É SÓ, SIMPLESMENTE, FICAR SOZINHA?"**
>
> **VALESKA ZANELLO**
> PESQUISADORA DA UNB

A pesquisadora Debora Diniz acrescenta que são fatores de risco para o feminicídio os ideais de família, de cuidado dos filhos, da dependência das mulheres numa relação de conjugalidade, de casamento, em que algumas mulheres vão sendo levadas a sair do trabalho, a terem uma dependência econômica. "A capacidade de fuga dessa mulher, de sair dessa relação violenta, vai ficando reduzida, quanto mais imersa nessa naturalização dos regimes de gênero", afirma. Sua fala é endossada pela promotora Ariella Shiraki, que reforça a pressão social para que mulheres permaneçam dentro de um relacionamento quando são mães: "Muitas vezes ela é julgada pela família. 'Você vai jogar o seu casamento no lixo? Onde você vai morar? Por isso é muito comum que mulheres com filhos tenham mais dificuldade de sair de um relacionamento abusivo. Todos esses são fatores que inibem qualquer reação por parte delas", ressalta.

O Estado como protetor

Agora imagine uma mulher hipotética, que após vivenciar anos de violência, juntou coragem e força para denunciar seu agressor – apesar de todo medo e risco que essa decisão envolve. Ou melhor, relembre Marlei, Julia ou Cibelle – algumas histórias reais retratadas na abertura desta reportagem, nas quais houve denúncia. E ainda assim houve morte. Casos em que, mais uma vez, as estruturas que deveriam defendê-las, falharam. "Considerando a rota crítica da mulher e todos os desafios que ela tem que fazer para chegar a denunciar, e, às vezes, quando ela consegue denunciar, passa por uma série de percalços, é muito egoísta simplesmente você virar para uma mulher e falar: 'você que é vítima, denuncie'", afirma Ariella Shiraki.

Atualmente, os principais canais de denúncia são o Ligue 180 – Central de Atendimento à Mulher, onde pode-se registrar a denúncia, orientar sobre medidas protetivas e encaminhar a mulher para delegacias e outros serviços; Delegacias comuns ou Especializadas de Atendimento à Mulher (Deams), onde podem ser solicitadas medidas protetivas entre outras orientações; Ministério Público (MP) e Judiciário; além da Casa da Mulher Brasileira, espaços que concentram delegacia, atendimento psicológico, assistência social, Defensoria Pública e orientação jurídica. Já em situações de violência em andamento ou risco imediato, a indicação é entrar em contato diretamente com a Polícia Militar (190).

Outro dispositivo de defesa da mulher oriundo da Lei Maria da Penha são as Medidas Protetivas de Urgência (MPUs), mecanismos legais que têm como objetivo proteger a integridade ou a vida de uma menina, adolescente ou mulher em situação de risco. Se, em teoria, as MPUs são dispositivos fundamentais na preservação da vida de milhares de mulheres, na prática, sua distribuição ainda requer um olhar atento e investimentos públicos. Para que mulheres solicitem uma medida protetiva, elas devem comparecer a delegacias, promotorias ou defensorias comuns ou específicas para atendimento de mulheres. A polícia tem 48 horas para enviar o pedido ao juiz, que também tem 48 horas para responder. Mas como se tem visto nos casos mais recentes nacionalmente divulgados, mesmo após a medida concedida, ela pode estar aguardando cumprimento (quando o agressor ainda não foi notificado, como em um dos casos que abrem essa reportagem), podem estar sem comprovação de ciência (não tem como saber se o agressor sabe da ordem), pode estar expirada (porque as medidas têm prazos), pode ter sido revogada ou substituída por alguma decisão judicial posterior.


JOSÉ CRUZ / ABR

Maria da Penha Maia, que sobreviveu a duas tentativas de assassinato de seu ex-marido, deu nome a Lei nº 11.340/2006

Dessa forma, ainda que haja tantos dispositivos de defesa, para Shiraki, o Estado tem falhado. "As nossas formas de prevenção não têm sido suficientes para dar conta desse problema, que é um problema multifatorial. Muito se apostou na medida protetiva, e sem dúvida nenhuma ela é extremamente importante, mas sozinha ela não é capaz de enfrentar esse problema", afirma a promotora.

Em 2024, 634.987 pedidos de Medida Protetiva de Urgência foram distribuídos no país. Quando o fato se enquadra como violência doméstica e familiar contra a mulher, ele se enquadra na Lei Maria da Penha imediatamente. Deste quantitativo, foram concedidas 555 mil medidas, deferidas por um juiz. Isso significa que a partir desse momento passam a valer ordens como afastamento do agressor, proibição de contato, distância mínima, suspensão do porte de armas, entre outros. Ainda assim, muitas mulheres são assassinadas com a medida ativa. "Um dos dados que me chama a atenção é justamente o fato de que desse total de feminicídios registrados, 13,1% de mulheres tinham medidas protetivas, e os outros 86,9% não tinham. Quando a gente olha esse dado cru, a princípio você pode imaginar: 'então a medida protetiva está fazendo efeito, né?', porque só 13% tinham, então a grande maioria que foi morta é porque não tinha. Mas 13% ainda é muita coisa: foram 148 mulheres", reforça a promotora. "É muita gente considerando que são mulheres que fizeram tudo certo, registraram ocorrência, acreditaram no sistema de Justiça, certamente registraram descumprimentos de medida. Elas fizeram tudo certo o que foi pedido, e mesmo assim foram mortas", complementa Ariella Shiraki. Vale ressaltar que o descumprimento de medida protetiva é crime, com pena de 2 a 5 anos.

Diante desse cenário, uma série de ações emergenciais têm sido tomadas. Entre fevereiro e março, operações do governo federal prenderam 5.238 suspeitos de crimes contra mulheres. Também em março, mês da mulher, o Senado aprovou o Projeto de Lei nº 2.942/2024, que possibilita o juiz – ou delegado, nos locais onde não houver comarca - de determinar a utilização imediata de tornozeleira eletrônica por agressores se for verificado perigo para a mulher, em casos de violência doméstica ou familiar. No dia 19 de março foi aprovada pela Câmara o PL 3.880/2024, que insere o homicídio vicário na Lei Maria da Penha, violência na qual o agressor mata uma criança, dependente ou parente de uma mulher a fim de puni-la. Este tipo de crime ficou conhecido amplamente em fevereiro deste ano, quando Thales Machado, secretário da prefeitura de Itumbiara (GO) matou os próprios filhos com tiros na cabeça, com o objetivo de atingir a mãe, sua ex-companheira, Sarah Tinoco. Ele cometeu suicídio em seguida. Já no dia 24 de março, o Senado aprovou o PL 896/2023, que inclui a misoginia entre crimes de preconceito e discriminação, equivalente ao racismo. Grandes avanços na defesa de mulheres e meninas, ainda que motivadas por perdas que o Estado não conseguiu prevenir a tempo.

A importância da tipificação do crime

Em 1976, a socialite Ângela Diniz foi assassinada com quatro tiros por Doca Street, réu confesso do crime. Em seu primeiro julgamento, em 1979, o crime foi classificado como "crime passional, em defesa da honra" Além disso, Ângela foi "culpabilizada" simbolicamente pelo seu assassinato, como uma mulher provocadora e imoral, como se seus atos tivessem conduzido à sua própria morte. O assassino, "um homem apaixonado e humilhado pela mulher", como reforçavam as notícias na época, foi condenado a dois anos de pena, que acabou suspensa. Na prática, o criminoso saiu livre. E a vítima, saiu culpada. Somente após uma comoção nacional e pressão do movimento feminista que levantou o slogan "Quem Ama não Mata", o julgamento foi anulado e um novo foi realizado, em 1981; quando o crime foi tratado como um homicídio qualificado e a ideia da defesa da honra já não foi tão bem aceita. Neste segundo julgamento, Doca Street foi condenado a 15 anos de prisão – das quais ele cumpriu cerca de sete –, ficando livre em 1980.

O caso de Ângela Diniz demonstra como, sem a tipificação do crime como feminicídio, assassinatos de mulheres podem ser relativizados. No entanto, foi apenas em março de 2021 que a tese de legitima defesa da honra foi considerada inconstitucional, sendo proibido seu uso em plenários do júri, aceitação por juízes e tribunais, além de não poder ser usada, mesmo que indiretamente, por meio de metáforas. Na prática, isso significaria que não há honra que permita que uma mulher seja assassinada para defendê-la.

Para a secretária nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, Estela Bezerra, é necessário avançar na questão dos registros. "A gente ainda encontra estados que iniciam uma investigação sobre um assassinato de uma mulher, registrando como se fosse homicídio, mas com evidências de feminicídio. E só depois muda", explica. E continua: "Existem lesões seguidas de morte em homicídios de mulheres que também poderiam ser feminicídios. Então a gente ainda precisa melhorar e unificar os registros de feminicídio pelo Brasil. E, provavelmente, isso vai implicar num aumento da notificação", diz a secretária.

Já a promotora Ariella Shiraki aponta a importância de se trabalhar com as informações que chegam. "À medida em que existe mais informação, mais visibilidade ao tema, também existe uma preocupação em se qualificar e se tratar melhor os dados que chegam. Então, antes o que chegava ali na delegacia e que a princípio seria qualificado como um homicídio, hoje já se aprofunda a questão, já se tenta entender melhor o histórico que levou àquele assassinato, e sem dúvida nenhuma, em muitos casos, aí se faz o enquadramento correto de feminicídios", diz. Ela continua: "Eu acho que esse aprimoramento dos dados também contribuiu aí nos últimos anos para esse aumento no número de casos, mas não é só um aumento estatístico de dados, eu acho que existe um aumento real também das situações de violência", afirma.

A questão da punição, tema de discussão entre progressistas e conservadores, é outro ponto crucial. "Eu tenho uma crítica ao uso do direito penal, do Estado penal, do Estado da vigilância para uma garantia de direitos

fundamentais, como é o direito à vida. Mas há determinados crimes e infrações dos quais nós não temos outra resposta se não o uso do direito penal, como é o caso de um crime tão gravoso quanto o homicídio, quanto o feminicídio", afirma Debora Diniz, complementando: "É importante o uso do direito penal com a sua mão do castigo severo para o feminicídio", ressalta a pesquisadora.

Sobre as penas, Ariella Shiraki reforça que, em relação ao feminicídio, ela já é bastante elevada, mas no âmbito da execução penal, ainda há muitos benefícios. "Às vezes, uma pena, por mais elevada que seja, na execução acaba havendo realmente muitos benefícios que viabilizam a saída do autor do crime em menos tempo". Além desse favorecimento, a promotora também critica outras penas que permanecem baixas. "Ameaçar alguém tem uma pena mínima de um mês. Quando acontece em violência doméstica, ela dobra, mas são apenas dois meses. É muito pouco", declara.

Educação como caminho

Não há saúde mental que consiga se manter inabalável quando se é mulher em uma sociedade que as lembra, diariamente, o quanto existir é perigoso. Mas ainda há caminhos que fortalecem a crença em dias mais seguros. E todos eles passam pela educação – já que a socialização masculina traz arraigada em si uma linguagem da raiva, conforme explica a pesquisadora Debora Diniz. "Não só contra a mulher, como nós vimos nesse caso do estupro coletivo no Rio de Janeiro, mas ela é também performativa para outros homens. Então, a violência como uma linguagem de dominação, de definição da masculinidade e de construção do companheirismo com outros homens, circula e acompanha algo tão brutal quanto o feminicídio", ressalta.

A educação de gênero nas escolas, citada por todos os entrevistados, se mostra como forma primordial de alterar as relações entre homens e mulheres – antes que seja tarde. O projeto "Maria da Penha vai à escola", encabeçado em 2016 pelo Núcleo Judicial da Mulher, pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal, por exemplo, promove práticas de combate educativo ao machismo. "Nas escolas, houve vários níveis nesse trabalho que foram feitos tanto com gestores, com os diretores e depois com as crianças. Inclusive, porque muitas professoras são vítimas de violência", aponta Valeska Zanello. A pesquisadora afirma então que tem se preocupado com a produção de "contratecnologias" de gênero, deixando para trás histórias de "belas e feras" ou de "princesas que beijam sapos". "Também desenvolvemos um baralho para adolescentes a partir de 14 anos, baseado nos dispositivos com situações escolares para combater o machismo. É um jogo super dinâmico. Tudo baseado em ciência e foi validado em escolas de cinco estados brasileiros", conta ela, reforçando a necessidade de se apresentar outras narrativas. "A ideia é não só combater o machismo, mas criar,



TOMAZ SILVA/ABR

Baralho desenvolvido por Valeska Zanello e outros pesquisadores da UnB trabalha questões que envolvem o machismo entre adolescentes

no caso das meninas, outras possibilidades identitárias", diz.

Embora a discussão sobre o ensino de temas que envolvem "gênero" ter sido cooptada por embates políticos, esse é um debate que precisa se dar entre crianças e adolescentes. "A gente precisa discutir gênero na escola. Precisa discutir essas relações de poder e desigualdade. A gente tem que dar 'nome ao boi' e tem que começar a entrar, de fato, nesse debate. Eu sei que tem uma questão política. Tem escolas que você vai falar de mulher e o pessoal reclama. Mas a gente precisa reformular isso. Colocar que é obrigação", ressalta o psicólogo e pesquisador da UnB, Victor Valadares, que atua há 18 anos em grupos de reflexão com homens que cometeram violência contra mulher, e há 15 atende no Espaço Acolher da Secretaria da Mulher do Governo do Distrito Federa (DF).

A promotora Ariella Shiraki também cita políticas que devem ser priorizadas neste cenário emergencial, como a implementação de mais grupos reflexivos para autores de violência, fortalecimento de mecanismos de fiscalização de medidas protetivas, ampliação no uso de tornozeleiras eletrônicas, entre outros, mas destaca a educação nas escolas. "A questão da violência de gênero precisa ser tratada no âmbito das escolas como componente curricular. Porque a gente acaba reproduzindo esses estereótipos, essa cultura machista, e isso precisa ser combatido. Desde a infância, adolescência, para que a gente não veja casos como esse do Rio de Janeiro, da menina de 17 anos vítima de estupro coletivo, por meninos, adolescentes", relembra.

Diante de tantos entraves, permanece o questionamento sobre quais são os caminhos para a sobrevivência das mulheres. A pesquisadora Debora Diniz é enfática: "Como professora, como pesquisadora, como alguém que se empenha em comunicar, em escrever, em ensinar, a minha resposta não pode estar em outro lugar. Primeiro, nós precisamos da ciência para entender, para nos permitir mostrar de outra maneira fenômenos que nós naturalizamos ou para reescrever, inclusive, categorias analíticas desses fenômenos. Porque, quando assim fazemos, nós sentimos diferente o que está acontecendo e, ao sentir diferente, temos a capacidade de nos indignar". E complementa, demonstrando que para além de articulações entre Estado, cultura e Justiça, a esperança na mudança nasce primordialmente da relação com o outro: "Eu não posso deixar de acreditar na educação e na socialização, de apostar em formas de comunicação, de conversa, de engajamento, de construção de vínculos de confiança. Não podemos abandonar [esse debate] como se não houvesse solução", conclui Diniz. E se há solução, não é mais aceitável apenas reagir. É necessário enfrentar com urgência as estruturas que ainda sustentam o feminicídio. ●

HOMENS QUE MATAM MULHERES

Como o machismo e a misoginia que permeiam a socialização masculina forjam o cenário atual de escalonamento da violência de gênero

ERIKA FARIAS



Há uma crítica frequente na academia e entre outros envolvidos nas discussões sobre feminicídio: o foco na vítima e a consequente invisibilização do agressor. Esse é um debate amplo. Em primeiro lugar, o artigo 5º da Constituição fala da "presunção da inocência", em que ninguém pode ser considerado culpado por um crime até o "trânsito em julgado de sentença penal condenatória". Ou seja, até que seja condenado, o agressor é – no máximo – suspeito ou acusado. Além disso, a imprensa sempre preferiu enfatizar a mulher, vítima do crime, para que ela se tornasse "protagonista" da história, evitando dar destaque ao criminoso. Mas o que tem se percebido como consequência dessas decisões, é uma subvalorização dos autores de violência no debate social. E quando a agressão é resultado de disfunções sociais, essa notoriedade passa a ser fundamental.

A secretária nacional de Enfrentamento à violência contra Mulheres, Estela Bezerra explica que foi determinante para o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres o deslocamento da narrativa frequente da violência, como se este fosse um problema na vida "das mulheres". "O protagonista da agressão contra mulheres, o sujeito da ação da violência, que não aparece inclusive na cobertura jornalística, é o agressor – não é a mulher. Uma mulher não morreu, uma mulher foi morta. E o mais perverso é que, em 80% das vezes, ele fazia parte da sua rede de relação familiar e íntima", afirma a secretária.

O que se percebe muitas vezes, inclusive, é uma transformação deste homem em um monstro, "pessoalizando" seus atos, que devem ser encarados como resultados de processos históricos, políticos e estruturais percebidos em uma sociedade patriarcal e misógina. "Aí a gente começa a fazer ações na imprensa, no Judiciário, no Legislativo ou no Executivo, entendendo que o cara é covarde, o cara é monstro, mas não é isso. Isso é uma visão equivocada. Porque aí vira uma questão moral", explica o psicólogo Victor Valadares.

É diante de questões como essas que a pesquisadora Valeska Zanello fala sobre a importância de se pensar no problema da violência contra a mulher pela ótica da saúde pública, focando nos homens também. "Quando a gente tem um problema com uma incidência epidemiológica a gente não foca só em quem tem a doença. Quando a gente está falando da dengue, a gente não prepara só o dispositivo hospitalar. A gente combate o vetor, o mosquito. E me chama a atenção que, geralmente, quando a gente fala de violência contra as mulheres, em geral, a gente foca nas mulheres e esquece os homens. E o maior vetor de violência no nosso país, não só contra as mulheres, são os homens", explica.

A questão da sociabilidade masculina – desde a infância – tem se tornado tema central de debates acerca do feminicídio. A pesquisadora explica como se dá a socialização na masculinidade. "Os homens aprendem que ser homem é não ser uma mulherzinha. Principalmente mostrar repúdio pelas mulheres e por tudo aquilo que é associado a elas", explica a pesquisadora. Ela conta ainda que, no Brasil, esta manifestação se dá principalmente pela objetificação sexual. "É a transformação do outro, ou principalmente das outras, em coisa ou pedaço de coisa. É uma desumanização. Então, é a afirmação de uma hierarquia onde eu subjugo o outro, ou principalmente as mulheres. E quanto mais essa

> "**UMA MULHER NÃO MORREU, UMA MULHER FOI MORTA.** E O MAIS PERVERSO É QUE, EM 80% DAS VEZES, ELE FAZIA PARTE DA SUA REDE DE RELAÇÃO FAMILIAR E ÍNTIMA"
>
> **ESTELA BEZERRA**
> SECRETÁRIA NACIONAL DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES



mulher está 'no final da prateleira', mais ela é motivo de desumanização e objetificação", frisa.

A pesquisadora traz então, como mediação no processo de socialização masculina o "dispositivo da eficácia". "Dito de uma maneira sucinta, entre aspas, 'um verdadeiro homem tem que ser um trabalhador provedor e tem que ser um 'comedor' sexual'", afirma ela. "Veja que mesmo homens que cometem pedofilia, que cometem violência contra a mulher... Qual é a primeira coisa que eles falam? 'Mas eu nunca deixei faltar nada na minha casa'. E o que acontece, e que eu acho mais grave? O juiz vê isso como atenuante", complementa.

A pesquisadora da UnB Debora Diniz explica que o crime contra a mulher, envolvido em toda essa estrutura social, se torna parte de um regime de poder, de dominação, de linguagem, de controle. "É claro que o feminicídio é antecedido de várias formas de expressão dessa violência, desde coisas naturalizadas e consideradas comuns, como um ciúme excessivo, como um controle, até situações de violência psicológica, como acessar as redes, não permitir a privacidade ou a individualidade da mulher, controlar a sua roupa". Este pensamento é corroborado por E.A., psicólogo prisional entrevistado pela Poli que preferiu não se identificar. "Apesar de ser relacional, o feminicídio é um crime que tem o vínculo de afeto do criminoso com a vítima. Ele se constitui com uma base de educação na infância, no período de desenvolvimento do ser humano. Tanto as culturas, a sociedade, o ambiente familiar em que ele está inserido, tudo isso contribui para que esse sujeito se forme e acredite que ele é dono da outra pessoa. Então, ele se sente no direito de tratar com violência, de cercear seus direitos", relata.

A Lei Maria da Penha prevê grupos de reflexão masculina – medidas reeducativas para homens que cometeram violência doméstica. No país, há alguns projetos com este intuito – bem menos do que seriam necessários para dar conta do problema. Victor Valadares relata que em uma relação de poder, os homens sentem que têm o monopólio até de ditar o que é violência ou não. "Às vezes eles vão tentar se defender e fica até curioso. Eles falam assim: 'não, eu não dei um tapa nela, eu joguei ela no chão e xinguei ela. E também disse que se ela fizer isso de novo ela vai ver. Mas não agredi ela, eu não fiz nada com ela'. Então o que é nada para ele? O tudo seria uma violência física. O resto para ele é nada", reflete Valadares, apontando a naturalização desse tipo de comportamento dos homens em relação às mulheres.

Em sua pesquisa de mestrado, o pesquisador entrevistou 559 homens. O que ele percebeu é que 48,8% deles justificavam a violência que haviam cometido, 31% negavam ter praticado o ato de violência, enquanto somente 13,2% assumiram a violência. "Não é que os homens estão dizendo que não cometeram violência. Eles estão dizendo que a violência dele tem um sentido. Por exemplo, se a mulher traiu, eles acham que têm direito de agredi-la. Eles falam assim: 'ela me traiu, me chamou de corno e eu preciso fazer alguma coisa'. Então, veja a lógica: não é que os homens estão negando a violência, que foi sem querer, ela é intencional e tem um sentido", reforça.

O psicólogo prisional E.A. vai ao encontro de Victor Valadares. "Você coloca aí 99,9% de criminosos que chegam e falam que a culpa não foi deles ou, se foi, eles foram levados àquilo por algum outro motivo e nunca por suas escolhas", diz. O que o psicólogo conta a partir de sua experiência atuando em prisões, é que, muitas vezes a busca por um psicólogo dentro da cadeia se dá pela angústia de estar preso, e não pelo crime cometido. "Não há um sofrimento real, pelo menos eu não peguei de nenhum dos pacientes que eu tratei, dos privados de liberdade, uma angústia, um sofrimento real causado pela morte ou pela agressão da sua companheira. A única preocupação que eles têm é de voltar ao lugar de liberdade e a angústia que eles sentem é de estarem privados de liberdade. Essa é a realidade que eu me deparei", conta.

Fundamental ainda é perceber que as discussões que envolvem a violência contra a mulher precisam circular em toda a sociedade. Para Victor Valadares é emergencial que os homens possam pensar de forma diferenciada–, e é necessário ter políticas que fomentem esse tipo de reflexão – , a partir de mudança de paradigmas. "Não é pensar 'que eu sou diferente de qualquer outra pessoa que comete um crime'. Eu preciso pensar o que é que eu tenho a ver com aquilo enquanto homem. E quando eu isolo esse homem [que comete um crime] em um discurso moral, tudo o que eu faço é dizer que eu não sou ele. Só que eu posso ser aquele homem, sim", reforça. E complementa: "E eu preciso ver como, enquanto homem, tanto do ponto de vista pessoal, político e social, como é que eu posso lutar contra isso, como é que eu posso fazer parte, como é que eu posso evitar essas coisas. Porque o normal numa sociedade como essa é ser violento", conclui o psicólogo. ●



O ÓDIO COMO PROJETO

Pesquisa revela o crescimento da censura e da perseguição a educadores, com alerta para um novo pico de ataques em 2026, ano de eleições presidenciais

GIULIA ESCURI

"O primeiro ataque foi durante o debate de um texto em uma disciplina da graduação. Um aluno pediu a palavra, eu concedi, e ele começou a fazer perguntas sobre o texto. Em seguida, passou a me atacar, em alto e bom som, sobretudo por conta da minha orientação sexual, de forma muito violenta, dizendo: 'morte aos viados, devemos matar os viados'". À primeira vista, o relato, feito por F.H.L., professor universitário que preferiu se manter anônimo, pode parecer apenas um ataque homofóbico individual. No entanto, situações como essa se inserem em um contexto mais amplo de ódio aos professores.

É o que mostra pesquisa lançada no fim do ano passado pelo Observatório Nacional da Violência contra Educadoras/es (Onve), da Universidade Federal Fluminense (UFF), em parceria com o Ministério da Educação (MEC). Segundo ela, 93% dos educadores em todo o Brasil já sofreram ou conhecem alguém que sofreu censura ou perseguição no trabalho.

O estudo reuniu informações de mais de 3 mil profissionais da educação básica e superior, das redes pública e privada, em todas as regiões do país. E identificou que 61% dos docentes da educação básica e 55% do ensino superior relataram ter sofrido perseguição. Entre as situações apontadas estão tentativas de intimidação (58%); questionamentos agressivos sobre seus métodos de trabalho (41%); proibições explícitas de conteúdo (35%); e agressões verbais (25%). O documento também revela que 10% desses profissionais já sofreram agressões físicas; 12% tiveram mudança forçada de local de trabalho; 11% foram removidos de seu cargo ou função; 6% chegaram a ser demitidos; e 2%, suspensos.

Pode piorar

Mas a pesquisa aponta um cenário ainda mais grave: a tendência é que, neste ano, os ataques se intensifiquem. "As eleições presidenciais são momentos de crescimento da violência contra educadores", constata Fernando Penna, coordenador da pesquisa e professor da UFF.

Ele se baseia em um dado relevante, que levou em consideração o recorte temporal de 2010 a 2024. O gráfico apontou picos de violência contra professores nos anos de 2016, quando a então presidente da República Dilma Rousseff sofreu um golpe parlamentar; em 2018, ano da eleição de Jair Bolsonaro à Presidência; e nas eleições de 2022, quando o índice foi ainda maior em relação ao pleito anterior.

A pesquisa aponta que a violência contra educadores apresenta dois padrões. "Primeiro, a partir de 2010, os casos só aumentaram. A tendência do gráfico é de crescimento constante, o que já é uma preocupação enorme", explica Penna, que completa: "A segunda é que, em momentos de debates políticos mais intensos, há aumentos nos índices". Esse contexto confirma a hipótese inicial dos pesquisadores: a de que esse ódio constitui um projeto político.

Com isso é viável antecipar o que pode ocorrer neste ano. "A tendência é que 2026 será mais um ano de pico de violência deste tipo", avalia Penna.

Devido a essa projeção, o professor F.H.L. sente receio. "Em períodos eleitorais há uma potencialização do que já está presente no social, no cultural e no político". Nesse contexto, ele atribui parte dessas perseguições a um projeto de desdemocratização e ao avanço do ultraconservadorismo, que vê diversos privilégios em risco. "É uma época em que determinados segmentos se mobilizam para manter privilégios que não são apenas econômicos, mas de mando e de opressão, cristalizados há muito tempo", afirma.

O ódio é político

Em 2004, foi criado o movimento Escola sem Partido pelo procurador do Estado de São Paulo Miguel Nagib. Sua principal preocupação era evitar o que chamava de "doutrinação ideológica" nas escolas. Penna ressalta que o Escola sem Partido "se tornou quase sinônimo de falar de censura e perseguição a educadores" e afirma que suas iniciativas estimularam práticas ainda observadas hoje.

Diversos projetos de lei foram apresentados pelo movimento nas câmaras municipais, nas assembleias legislativas e no Congresso Nacional. O mais conhecido deles é o Projeto de Lei nº 7.180/2014, que previa o respeito "aos valores de ordem familiar sobre a educação escolar nos aspectos relacionados à educação moral, sexual e religiosa".

Essa movimentação fez com que políticos passassem a projetar suas campanhas a partir dessa pauta. "As pessoas passaram a ganhar capital político usando essa perseguição. O próprio Jair Bolsonaro admitiu, em entrevistas, que o que catapultou a carreira política dele foi o combate ao chamado 'kit gay'", explica Penna, que ressalta que a

O material foi elaborado pelo governo federal no contexto do projeto "Escola sem Homofobia" e era destinado a professores com o objetivo de auxiliar no tratamento pedagógico de temas relacionados a gênero, sexualidade e preconceito. A cartilha estava finalizada em 2011, quando passou a circular a notícia falsa de que seria direcionada a crianças.

mobilização de ataques a docentes se tornou uma forma de "empreendimento político".

O professor da UFF avalia que o movimento foi perdendo força nos últimos anos. Um dos marcos desse enfraquecimento foi a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou inconstitucional a Lei nº 7.800/2016, de Alagoas – inspirada no Escola sem Partido e responsável por instituir o "Programa Escola Livre" no estado. No entanto, o movimento deixou um legado de censura e perseguição aos professores: "As práticas de denuncismo, gravações retiradas de contexto, essa campanha de ódio aos professores — isso infelizmente já está enraizado", completa Penna.

Como evidência desse cenário, a pesquisa mostra que os educadores são, principalmente, vítimas de membros da própria comunidade escolar. Pelo menos 57% dos participantes apontaram ter sofrido violência praticada por profissionais da instituição em que trabalhavam, como diretores e coordenadores; 44% mencionaram familiares de alunos; e 34%, os próprios estudantes.

Acontece mais de uma vez

"Na aula da semana seguinte [ao primeiro ataque], um aluno pediu a palavra, se apresentou com um nome que não constava na lista de matriculados e começou novamente a me dirigir ofensas homofóbicas, ainda mais pesadas. Ao fundo de sua fala, ele colocou um áudio que me pareceu ser de um filme pornográfico, com pessoas gemendo em voz alta". O relato é novamente, de F.H.L. sobre o segundo ataque que sofreu durante aulas online, durante a pandemia de covid-19.

A perseguição e a censura são recorrentes. O estudo do Observatório Nacional da Violência contra Educadores aponta que 44% dos participantes passaram por esse tipo de experiência quatro vezes ou mais. "Se a violência não é interrompida pela instituição, pela secretaria ou por qualquer outra instância, a tendência é que se agrave", considera Penna, que ressalta: "Quando uma pessoa passa por quatro ou mais ações violentas, não é casual. Ela pode ter virado alvo por insistir em discutir determinadas temáticas".

F.H.L. conta que o episódio o afetou profundamente e que, por isso, precisou se afastar por licença psiquiátrica durante três meses. "Depois de tudo isso, eu cogitei não voltar a dar aulas. Me sentia muito vulnerabilizado e exposto, inclusive dentro da universidade", relembra o professor.

Assim como ele, outros educadores que viveram situações semelhantes também relataram impactos significativos na saúde mental: 79% afirmaram que se sentiam mais tristes e estressados; 60% desenvolveram transtorno de ansiedade e/ou depressão; e 41% receiam pela própria segurança.

"Foram experiências extremamente traumáticas, tanto no nível pessoal quanto no político e profissional", conta F.H.L., que, apesar disso, decidiu voltar às salas de aula. O impacto profissional relatado por ele não é isolado: 60% dos educadores dizem ter começado a refletir mais sobre o que falam durante sua atuação; 59% passaram a se sentir constantemente vigiados e inseguros; e 53% e 52%, respectivamente, passaram a questionar a permanência no local de trabalho e na própria área da educação.

Como fica o ensino?

Não há como negar: essa violência impacta cada instância da vida do professor – tanto no âmbito profissional, quanto pessoal. Pelo menos é o que mostra outro achado do estudo, destacado pelo coordenador da pesquisa: os ataques podem provocar um efeito de autocensura. De acordo com o documento, entre os educadores que foram perseguidos ou censurados, 38% afirmaram ter retirado conteúdos, materiais ou metodologias de suas práticas; 32% desistiram de algum projeto; 30% diminuíram sua atuação nas redes sociais; e 9% mudaram seus projetos de pesquisa.

Também foi constatado que o impacto é sentido inclusive por aqueles que não foram vítimas diretas, mas que conhecem ou ouviram falar de colegas que sofreram essas agressões. Fernando Penna explica: "Mesmo que você não tenha sido vítima direta, se está trabalhando em uma escola na qual um professor foi agredido, censurado ou perseguido por discutir uma temática obrigatória por lei, você começa a se perguntar: 'Será que eu posso falar sobre isso?'".

> "É UMA ESTRATÉGIA PARA IMPEDIR UMA EDUCAÇÃO DEMOCRÁTICA, **QUE TRAGA REPRESENTATIVIDADE NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO**"
>
> **FERNANDO PENNA**
> PROFESSOR DA UFF

Ele exemplifica com relatos colhidos durante a segunda fase da pesquisa, que contará com entrevistas realizadas com educadores que sofreram perseguição. "Estamos falando de um professor de ciências que tem medo de discutir teoria da evolução porque já foi questionado por pais religiosos que defendem o criacionismo; de um professor de português que, ao abordar gêneros textuais, foi repreendido pela coordenação da escola apenas por utilizar a palavra 'gênero'. São casos reais", relata Penna.

Para o pesquisador, esse cenário revela um processo de degradação da democracia nas escolas e universidades, com consequências graves para o ensino. "É uma estratégia para impedir uma educação democrática, que traga representatividade na construção do conhecimento, que dialogue com a realidade do estudante, que combata a desigualdade e que tente garantir o direito à educação para todos e todas", afirma o professor.

Apesar desse cenário, F.H.L. reflete: "Em momento algum me permiti mudar o que estava estudando ou como estava trabalhando, seja na pesquisa, seja em sala de aula". Ele ressalta que, em vez de agir conforme seus perseguidores esperavam, decidiu seguir realizando seu trabalho com base no que acredita. Essa resistência, no entanto, não anula as marcas deixadas por essas experiências – nem para ele, nem para tantos outros professores.

Cuidar de quem cuida

Com 79 ações previstas até 2027, plano nacional tenta enfrentar desigualdades históricas no trabalho de cuidado no Brasil

GIULIA ESCURI


CANVA

Varrer a casa, arrumar as camas, fazer o café da manhã e depois o almoço, alimentar os filhos, levá-los à escola e, nesse meio tempo, ainda lavar o banheiro e ajudar os pais idosos nas tarefas diárias. Em seguida, auxiliar as crianças no dever de casa, cozinhar o jantar; por fim, lavar a louça e, finalmente, ir dormir — para, no dia seguinte, começar tudo outra vez. Embora em nenhum momento tenha sido mencionado o gênero de quem realizou todas essas tarefas, é provável que a imagem formada tenha sido a de uma mulher.

Não é por acaso. Em 2022, as mulheres dedicaram, em média, 21,3 horas semanais aos afazeres domésticos e ao cuidado de outras pessoas, enquanto os homens dedicaram 11,7 horas, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Ou seja, são elas que passam a maior parte do próprio tempo cuidando.

O cuidado foi definido como um conjunto de tarefas contínuas para garantir a sobrevivência, o bem-estar das pessoas e o funcionamento da sociedade e da economia pela Política Nacional de Cuidados, aprovada em 2024 pela Lei nº 15.069. A legislação consolida o entendimento de que este apoio é uma necessidade de todas as pessoas e um direito que também deve ser garantido pelo Estado, deixando de ser responsabilidade exclusiva das famílias, especialmente das mulheres.

Para que a Política saia do papel, o governo instituiu, no fim de 2025, o Plano Nacional de Cuidados. Batizado de 'Brasil que Cuida', o plano é uma iniciativa interministerial que reúne o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS), o Ministério das Mulheres (MMulheres) e o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).

Com o lema "Cuidar é o trabalho que sustenta o mundo", o documento reúne 79 ações organizadas em cinco grandes eixos, que devem ser implementados até 2027. São eles: "garantia de direitos e promoção de políticas para quem necessita de cuidados e para quem cuida de forma não remunerada; compatibilização entre o trabalho remunerado, a educação e as necessidades familiares de cuidados; trabalho decente para trabalhadoras domésticas e do cuidado remunerado; reconhecimento e valorização do trabalho de cuidado em suas múltiplas expressões e transformação cultural rumo a uma organização social dos cuidados mais justa; e governança e gestão do Plano Nacional de Cuidados.

Origens

Para quem observa de fora, pode parecer que a iniciativa surgiu de forma repentina. Não foi o caso. "Se considerarmos que divisão sexual do trabalho é um tema estudado há muitas décadas pelo feminismo brasileiro e pelo movimento feminista negro, podemos perceber que existe uma onda política e de estudos que sustenta essa preocupação", explica a professora do Instituto Nacional da Mulher, da Criança e do Adolescente Fernandes Figueira, da Fundação Oswaldo Cruz (IFF/Fiocruz) Adriana de Castro.

Além desse movimento, o país também experimenta o que alguns estudiosos têm chamado de "crise do cuidado". A professora Keli Regina Dal Prá, do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (DSS/UFSC), explica o conceito e como ele ajuda a entender a criação destas iniciativas. "As taxas de natalidade no mundo estão caindo. Isso também tem relação com o projeto de emancipação das mulheres: muitas não querem mais ter apenas a função de cuidar ou de ser a mãe protetora, mas também escolher e investir em suas carreiras profissionais", afirma Dal Prá. Segundo a pesquisadora, também ocorre outro fenômeno demográfico importante. "Estamos vivendo mais, o que leva ao envelhecimento da população e ao aumento das doenças crônicas. Tudo isso cria uma equação difícil de fechar: há mais pessoas demandando cuidado e menos pessoas disponíveis para cuidar".

As pesquisadoras avaliam que o Brasil atravessa uma transição demográfica profunda e inevitável. De um lado, a taxa de fecundidade vem caindo rapidamente; de outro, a população envelhece em ritmo acelerado. Dados do Censo 2022, divulgados no ano passado pelo IBGE, mostram que o país atingiu a menor taxa de fecundidade já registrada: em média, 1,6 filho por mulher. O número está abaixo do chamado nível de reposição populacional — estimado em 2,1 filhos por mulher — considerado o mínimo necessário para manter o tamanho da população estável ao longo das gerações.

A taxa de fecundidade mede o número médio de filhos que uma mulher teria ao longo da vida reprodutiva (geralmente considerada entre 15 e 49 anos), ao contrário da taxa de natalidade que calcula quantos nascimentos ocorrem em uma população inteira, em determinado período.

Ao mesmo tempo, os dados do Instituto indicam que o número de pessoas idosas no Brasil (quem tem 60 anos ou mais) cresce rapidamente. Entre 2000 e 2023, a proporção passou de 8,7% para 15,6% da população. Em números absolutos, isso significa que esse grupo mais do que dobrou em pouco mais de duas décadas: de 15,2 milhões para cerca de 33 milhões de pessoas.

Diante deste aumento e do fato de que as mulheres ainda são as principais responsabilizadas pela atenção a este grupo, Castro chama atenção para os impactos desse cenário. "Temos uma sociedade formada majoritariamente por mulheres. Em termos macroeconômicos, isso significa que boa parte da população economicamente ativa pode estar fora do mercado de trabalho para cuidar de familiares, o que gera impactos sociais e econômicos", afirma.

Dados do IBGE corroboram com a fala de Castro: em 2022, quase 7 milhões de mulheres entre 15 e 29 anos não estudavam e nem estavam ocupadas. Para mais de 2 milhões delas, o principal motivo foi a sobrecarga com os afazeres domésticos ou com parentes.

Além dessas transformações sociais e demográficas, a crise sanitária e econômica provocada pela pandemia de covid-19, também impulsionou o debate que levou à criação da Política Nacional de Cuidados. Para as pesquisadoras Keli Dal Prá e Adriana de Castro, a pandemia escancarou a centralidade desta assistência na vida cotidiana. "Ela colocou o cuidado no centro do debate público. Nunca se falou tanto em cuidar, em ser cuidado e em autocuidado — conceitos que aparecem na Política", reforça Dal Prá.

O cuidado como trabalho

A lei que institui a Política Nacional de Cuidados começa de maneira ousada. Logo no primeiro capítulo, estabelece o princípio da corresponsabilização dos homens e afirma que "todas as pessoas têm direito ao cuidado", bem como a cuidar e ao autocuidado. Mas, o que significa esse "cuidado", e como um Plano Nacional pode colocar isso em prática?

Adriana de Castro explica que a definição central da Política parte da ideia de que este é um trabalho necessário para sustentar e reproduzir a vida humana. "Para existirmos, há um trabalho de cuidado que precisa ser feito. É um trabalho de proteção da vida, porque se relaciona diretamente com a vulnerabilidade", afirma. Segundo a pesquisadora, a vulnerabilidade é uma condição compartilhada por todas as pessoas ao longo da vida. "Ninguém se faz sozinho. Em algum momento, todos vamos precisar ser cuidados ou cuidar de alguém", resume.

No entanto, as ações do Plano Nacional não abrangem toda a população de imediato. Isso porque a Política é orientada pelo princípio do "universalismo progressivo", ou seja, pode ser ampliado ao longo do tempo. A pesquisadora Keli Dal Prá avalia que o conceito não aparece totalmente delimitado nos documentos, mas observa que, na prática, o Plano estabelece prioridades. Entre os públicos inicialmente contemplados estão pessoas idosas, pessoas com deficiência, grupos em situação de vulnerabilidade social e trabalhadoras do cuidado, remunerado ou não.

As ações mais divulgadas do Plano Nacional de Cuidados — e que aparecem no portal do MDS, na seção "ações em destaque" — incluem o Programa Mulheres Mil + Cuidados, que prevê 10 mil vagas para formação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade, com foco em trabalhadoras domésticas e cuidadoras, ofertadas em Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia (IFs); a ampliação de matrículas em escolas de tempo integral, com mais de 3 milhões de vagas, além da criação de 100 mil novas vagas em creches e pré-escolas; a instalação de 44 lavanderias públicas de uso comunitário e gratuito; e a implementação de até 100 cuidadotecas, voltadas para crianças de três a 12 anos no período que excede a jornada escolar.

Essas iniciativas indicam que o cuidado em pauta no Plano não se restringe às áreas mais tradicionalmente associadas ao tema, como saúde ou educação. "Não se trata do cuidado em saúde prestado em hospitais ou por equipes especializadas, nem do trabalho educacional propriamente dito. É um conjunto de atividades cotidianas que pode ser compartilhado entre famílias, instituições e políticas públicas", afirma.

Responsabilizadas pelo cuidado

Embora a necessidade de ser cuidado seja comum a todas as pessoas, a responsabilidade por prestar essa assistência não é distribuída de forma igual na sociedade. Historicamente, esse trabalho tem sido atribuído às mulheres. "Existe uma ideia de que o cuidado, o trabalho de reprodução e de sustentação da vida, é feminino. Como se os homens não fossem vulneráveis ou fossem incapazes de cuidar. Mas isso não é uma questão genética ou inata, é uma construção social", argumenta Adriana de Castro. Nesse sentido, a pesquisadora da Fiocruz afirma que um dos objetivos da Política e do Plano Nacional é justamente desnaturalizar essa associação entre cuidado e feminilidade, ao reconhecê-lo como um trabalho essencial para a sociedade e como uma responsabilidade compartilhada.

> "EXISTE UMA IDEIA DE QUE O CUIDADO, O TRABALHO DE REPRODUÇÃO E DE SUSTENTAÇÃO DA VIDA, É FEMININO. COMO SE OS HOMENS NÃO FOSSEM VULNERÁVEIS **OU FOSSEM INCAPAZES DE CUIDAR. MAS ISSO NÃO É UMA QUESTÃO GENÉTICA OU INATA, É UMA CONSTRUÇÃO SOCIAL"**
>
> **ADRIANA DE CASTRO**
> PESQUISADORA DA FIOCRUZ

Keli Dal Prá reconhece que esse é um dos maiores desafios da Política, já que demanda ações que não aparecem como prioridade nesta primeira edição do Plano, prevista para vigorar até 2027. A pesquisadora cita uma das ações propostas no documento nessa direção: a oferta de um curso de Educação a Distância (EaD) intitulado 'Pai Presente: cuidado e compromisso', voltado a promover "o envolvimento dos homens no trabalho de cuidado para a corresponsabilização de gênero", segundo o texto do Plano.

A questão de muitas mulheres estarem fora do mercado, voltadas ao apoio de familiares, tem um forte impacto na renda familiar. Em 2022, cerca de 32% das mulheres brasileiras viviam abaixo da linha da pobreza, o que significa uma renda diária per capita de até 6,85 dólares, equivalente a aproximadamente R$ 32, segundo o IBGE. A desigualdade racial aprofunda esse quadro: 42,3% das mulheres negras ou pardas estavam nessa condição, enquanto entre as mulheres brancas o percentual era de 21,3%.

A professora da UFSC ressalta que um dos pontos mais importantes seria enfrentar a questão no mercado de trabalho, ampliando, por exemplo, a licença paternidade. Tema que, segundo ela, aparece pouco nas ações apresentadas. "Esse é um enfrentamento que o Plano não faz, embora mencione que é preciso discutir o tema com o mercado", afirma. Para Dal Prá, essa ausência é significativa, porque se trata de uma questão central deste debate.

O Senado aprovou no dia 4 de março, pouco antes do fechamento desta edição, um projeto de lei que aumenta gradualmente a licença paternidade, dos atuais cinco dias para 10 dias em 2027, 15 dias em 2028 e 20 dias em 2029. O projeto seguiu para sanção presidencial.

O cuidado remunerado

O trabalho doméstico remunerado também é majoritariamente feminino. Segundo o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), em 2024, 89% dos vínculos empregatícios nessa atividade eram ocupados por mulheres. Desses vínculos formais, 54,4% pertenciam a pessoas negras. A maior parte dessas trabalhadoras atua em serviços gerais (76,8%). Isso significa que, além da limpeza, muitas também acabam realizando outras tarefas, como cozinhar ou prestar assistência a alguma pessoa da casa. Em seguida aparecem as babás (9,1%) e as cuidadoras de idosos (5,8%).

O levantamento também aponta outros aspectos do perfil desses trabalhadores: 45% têm 50 anos ou mais. Em relação à escolaridade, 27,7% possuem ensino fundamental incompleto e 40% têm ensino médio completo. A remuneração média é de R$ 1.875,94, e 67,7% trabalham mais de 40 horas semanais.

Esta pesquisa do MTE, que analisou a evolução do emprego doméstico formal no Brasil entre 2015 e 2024, mostra uma redução de 18,1% no número de vínculos formais. Em 2015, o país registrava 1.640.609 trabalhadores formais no setor. Em 2024, esse número caiu para 1.343.787 — uma redução de quase 300 mil postos de trabalho.

Apesar dos debates acerca do termo 'doméstico' para designar esta modalidade de trabalho, o Ministério do Trabalho e Emprego considera o trabalho doméstico como atividades prestadas de forma contínua e sem finalidade lucrativa a uma pessoa ou família no ambiente residencial, por mais de dois dias por semana. Entre elas estão funções como cozinheiras, babás, faxineiras e cuidadoras de idosos.

"A classe média transformou essa trabalhadora em diarista para não precisar assinar a carteira", comenta Adriana de Castro. A pesquisadora da Fiocruz também destaca que, em uma sociedade marcada por um passado escravocrata e por heranças coloniais, esse trabalho muitas vezes é visto como uma relação de afeto, como se essas trabalhadoras fossem "quase da família".

Esse cenário contribui para a invisibilidade de violações graves contra essas trabalhadoras. Segundo o MTE, entre 2017 e 2023 foram registrados 119 resgates de pessoas em situação de trabalho análogo à escravidão em ambientes domésticos. "A Política e o Plano têm uma preocupação com isso: reconhecer que se trata de uma relação de trabalho, que precisa ter descanso, jornada definida, remuneração adequada e acesso à informação e ao reconhecimento profissional", afirma Castro.

Por isso, entre as ações previstas no documento estão a ampliação e o aprimoramento da fiscalização do cumprimento das leis trabalhistas no setor doméstico. Uma das medidas é a capacitação de 500 auditores-fiscais do trabalho pela Escola Nacional de Inspeção do Trabalho (Enit), além do fortalecimento da Coordenação Nacional de Fiscalização do Trabalho Doméstico e de Cuidados (Conadom), vinculado ao MTE.

Também está prevista a oferta de 900 vagas em Institutos Federais para qualificar trabalhadoras domésticas por meio do Projeto Mulheres Mil: Trabalho Doméstico e Cuidados. Ana Gilda dos Santos, presidente da Associação dos Cuidadores da Pessoa Idosa, da Saúde Mental e com Deficiência do Estado do Rio de Janeiro (Acierj), destaca a importância da formação profissional. "Se tenho conhecimento dos meus direitos, se me vejo enquanto uma cidadã de direitos, eu vou garantir o direito para mim, para meus colegas e para a pessoa que estou cuidando", afirma.

Apesar de o Plano propor ações de formação e de fiscalização para o trabalho doméstico remunerado, ele não prevê algo que está em disputa há, pelo menos, 19 anos: a regulamentação da profissão de cuidador. A discussão sobre esse reconhecimento formal se arrasta no Congresso desde 2007, quando foi apresentado o primeiro projeto de lei sobre o tema.

Atualmente, a atividade é englobada pela legislação das trabalhadoras domésticas. No entanto, por se tratar de um trabalho específico de cuidado a crianças, pessoas idosas e pessoas com deficiência ou transtornos mentais, Ana Gilda defende uma regulamentação própria e a ampliação da oferta de cursos de especialização.

Daniel Groisman, professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), afirma que, por esse motivo, as cuidadoras remuneradas formam um grupo particularmente vulnerável em relação às trabalhadoras do cuidado. "Isso reproduz condições de trabalho profundamente desiguais, com grande informalidade, baixa remuneração, pouco acesso à escolarização e situações recorrentes de exploração — inclusive casos de trabalho análogo à escravidão", explica.

O pesquisador também considera importante avançar na profissionalização das cuidadoras, mas demonstra preocupação com a forma como a



ROBERTA ALINE/MDS

Lançamento do Plano, em dezembro de 2025, com a participação do ministro Wellington Dias (MDS) e de Márcia Lopes (MMulheres)

regulamentação da profissão vem sendo debatida. "Embora isso não esteja exatamente na esfera do Plano, é fundamental avançar na legislação. A qualificação profissional ainda não é um direito garantido por lei, já que essa atividade continua sendo fracamente regulada pelo Estado", afirma.

A presidente da Acierj também avalia que o Plano ainda não garante uma proteção social suficiente para estas trabalhadoras. "Precisamos que todos os ministérios se comprometam, principalmente o Ministério do Trabalho e Emprego. Ele tem o dever de fiscalizar e de se posicionar", diz. Segundo ela, a regulamentação da profissão e a garantia de direitos dependem também da mobilização coletiva. "É uma luta que envolve movimentos sociais, sindicatos, associações e as próprias trabalhadoras".

Os desafios da implementação

Ana Gilda dos Santos relembra uma cena que a marcou durante a posse do presidente da República, em 2023. "Foi muito emocionante ver o Lula dizer que estava voltando para cuidar novamente do país e das pessoas. Isso me tocou muito e me fez pensar que aquele poderia ser o momento de avançarmos na mobilização para que projetos de lei saíssem do papel, principalmente o voltado à regulamentação da profissão das cuidadoras".

Entretanto, nem a Política nem o Plano estavam previstos no Plano Plurianual (PPA) do governo, afirma Adriana de Castro. Segundo ela, isso ajuda a explicar por que o orçamento federal não previa inicialmente a execução das ações. "A Política teve que captar recursos já existentes em outras políticas e na própria máquina do Estado para poder existir e ser executada", diz.

A Portaria nº 1.134/2025 do MDS, que estabelece as normas e procedimentos para a adesão voluntária de estados, Distrito Federal e municípios ao Plano Nacional de Cuidados, indica que não haverá transferência direta de recursos ou bens entre os entes participantes. Na prática, isso significa que União, estados e municípios deverão financiar as ações com recursos previstos em seus próprios orçamentos. Ainda assim, o governo federal divulgou no portal Gov.br que serão investidos R$ 25 bilhões nas ações do Plano até 2027. O Ministério foi procurado pela reportagem para uma entrevista, mas não respondeu até o fechamento desta edição.

Keli Dal Prá avalia que parte desse montante provavelmente esteja alocado em serviços que já existem das políticas sociais que compõem a articulação intersetorial do Plano. Segundo ela, as primeiras iniciativas caminham principalmente no sentido de ampliar serviços presentes em áreas como saúde, assistência social e educação. A professora também considera possível que parte dos recursos venha de emendas parlamentares destinadas por estados e municípios para viabilizar as iniciativas. Isso pode gerar, uma "disputa por emendas". "Essa imprevisibilidade de financiamento compromete a concretização do cuidado como um direito social que se pretende universal", afirma. Ela acrescenta que a ausência de um piso orçamentário para uma política pública dessa dimensão, somada à adesão voluntária de estados e municípios, pode dificultar a expansão progressiva deste direito.

Outro efeito possível, segundo Dal Prá, é o fortalecimento de serviços oferecidos pelo setor privado ou por organizações filantrópicas. O Plano prevê, por exemplo, a ampliação de equipamentos públicos do Sistema Único de Assistência Social (Suas), como os Centros-Dia e de Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs). No entanto, diante da limitação de recursos, municípios que não possuem esses equipamentos podem acabar comprando vagas em instituições privadas, com ou sem fins lucrativos. "Imagino que veremos um fortalecimento do terceiro setor em algumas frentes desse cuidado. Parte será pública, mas muitas vezes com parcerias com ONGs [organizações não governamentais]", avalia.

Os Centros-Dia são serviços de atendimento diurno para pessoas idosas. Oferecem atividades, alimentação e apoio de equipes profissionais. O idoso retorna para casa ao final do dia, mantendo o convívio familiar. Já as Instituições de Longa Permanência para Idosos (ILPIs) são residenciais, destinadas à moradia e a atenção contínua de pessoas idosas que não têm condições de viver sozinhas ou de receber o apoio adequado da família. Ambos são serviços já previstos pelo Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003).

Apesar dessas limitações, Daniel Groisman, da EPSJV, afirma que ainda é cedo para avaliar os resultados do Plano. "Sempre que surge uma nova política pública, eu me pergunto se não estamos diante de uma legislação simbólica. Mas, neste caso, trata-se de uma política acompanhada de um plano, com ações previstas, metas e um comitê de monitoramento. É uma iniciativa inovadora e importante para o campo das políticas dessa área no Brasil", afirma.

Em um país que começa a experimentar os efeitos da chamada "crise do cuidado", a criação da Política e do Plano Nacional de Cuidados representa uma tentativa de organizar esse tema no campo das políticas públicas. A implementação das ações previstas até 2027 deverá indicar os limites e as possibilidades desse esforço.



“AS MULHERES SÃO ROTINEIRAMENTE VIOLENTADAS E NO PARTO ISSO TAMBÉM ACONTECE”

Maria do Carmo Leal

O parto costuma ser imaginado como um momento singular na vida de mulheres que planejaram uma gestação e a maternidade. No entanto, para algumas, dependendo da classe e da cor, essa experiência pode se transformar em sofrimento, trauma duradouro, ou até mesmo em morte. Segundo dados preliminares da pesquisa “Nascer no Brasil II”, no estado do Rio de Janeiro, 65% das mulheres relataram ter sofrido algum tipo de violência no momento do parto: a maioria negra e com baixa escolaridade. Outro dado alarmante é a Razão de Mortalidade Materna, indicador que contabiliza os óbitos ocorridos até 42 dias após o término da gravidez a cada 100 mil nascidos vivos. No Brasil, esse índice é de 46,56 entre mulheres brancas, 50,56 entre mulheres pardas e 100,38 entre mulheres pretas. Considerado o maior estudo já realizado sobre parto e nascimento no país, a pesquisa, coordenada pela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz) em parceria com o Ministério da Saúde (MS), investigou, entre 2021 e 2025, a experiência de mais de 21 mil mulheres em todos os estados brasileiros. O estudo abrangeu 395 maternidades públicas e privadas e incluiu mulheres que vivenciaram o parto e aborto. A coordenadora nacional do inquérito e pesquisadora da Ensp/Fiocruz, Maria do Carmo Leal, dialoga, nesta entrevista, com os dados mais recentes da pesquisa e reflete sobre o cenário atual no país, em que a violência obstétrica e a mortalidade materna seguem marcadas por profundas desigualdades raciais e sociais, apesar de avanços importantes na assistência ao parto.

GIULIA ESCURI

A PRIMEIRA EDIÇÃO DA PESQUISA “NASCER NO BRASIL” COLETOU DADOS ENTRE 2011 E 2012. NO ANO PASSADO, DADOS PRELIMINARES DA SEGUNDA EDIÇÃO COMEÇARAM A SER LANÇADOS. QUAIS MUDANÇAS OCORRERAM NESSE INTERVALO?

Em primeiro lugar, houve uma queda significativa na taxa de fecundidade: as mulheres estão tendo menos filhos. Isso é um ponto importante, porque o número absoluto de nascimentos diminuiu e continua diminuindo a cada ano.

Outra mudança relevante é o aumento da idade materna. A gestação na adolescência diminuiu em nível nacional, enquanto aumentou entre mulheres mais velhas [com mais de 35 anos]. Por conta disso, nos dados preliminares da pesquisa no Rio de Janeiro, observamos um crescimento no número de gestantes com problemas de saúde, como hipertensão e diabetes. O pâncreas pode não responder de maneira adequada, bem como a pressão arterial também pode aumentar, porque a dinâmica circulatória, digestiva, endócrina, tem uma exigência muito maior na gestação e a capacidade de adequação é maior quando as mulheres são mais jovens.

Atualmente com uma frequência maior de gestações tardias, novos desafios aparecem para a assistência pré-natal, porque demandará mais atenção especializada. Na saúde é assim: à medida que cumprimos algumas etapas — inclusive uma etapa boa, que é a redução da gestação na adolescência, outros problemas surgem. Embora estejamos com uma taxa de 12% de gravidez na adolescência no Brasil, podemos reduzir muito mais, para algo em torno de 5%, que é mais ou menos o que têm outros países vizinhos nossos.

Além disso, as mulheres a cada ano estão mais escolarizadas — isso é um dado que o próprio IBGE [Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística] também mostra — e nós vimos isso no “Nascer no Brasil II”. Ótimo para os bebês que estão nascendo de mães com mais instrução e a literatura mostra a importância da escolaridade materna para a saúde dos filhos.

Temos essas boas notícias, mas ainda temos as ruins. Não melhoramos tanto os nossos indicadores de mortalidade materna, de prematuridade, de baixo peso ao nascer e ainda tivemos um pico de óbitos na pandemia. Mesmo que os indicadores de oferta do pré-natal tenham melhorado, há desafios que precisamos resolver. Não podemos só melhorar a oferta do número de consultas, temos que melhorar também a qualidade do atendimento.

E QUAIS FORAM OS AVANÇOS NA ASSISTÊNCIA AO PARTO E AO NASCIMENTO NO BRASIL?

Nós temos que celebrar as mudanças que aconteceram, tanto no setor público quanto no privado, e que foram fruto de políticas públicas desenvolvidas.

No setor público, a mudança do modelo de assistência ao parto está muito ligada ao esforço da Rede Cegonha, que realizou um trabalho intenso nos estados para modificar a forma como as

mulheres eram recebidas e para tentar implementar práticas recomendadas pelas revisões científicas, incorporadas tanto pela OMS [Organização Mundial da Saúde] quanto do próprio Ministério da Saúde. Foi um esforço muito grande em todos os estados, a Rede Cegonha tinha profissionais do nível federal que ficavam ligados às coordenações dos estados para trabalharem juntos as mudanças no modelo de assistência, e isso surtiu um efeito muito grande, porque nós tivemos uma melhoria muito expressiva nas boas práticas de atenção ao trabalho de parto.

As mulheres passaram a caminhar [durante o trabalho de parto], o que ajuda no desenvolvimento do parto, a se alimentar ou tomar líquidos, porque antes ficavam em jejum. Passaram também a receber métodos não farmacológicos para alívio da dor. Além disso, houve uma mudança importante relacionada à presença do acompanhante. Esse direito já existia quando publicamos a pesquisa 'Nascer no Brasil I', mas, naquela época, o acompanhante permanecia apenas em alguns momentos. Isso melhorou muito: mais de 70% das mulheres nesta segunda pesquisa tiveram acompanhante em tempo integral, enquanto, antes, esse percentual era de cerca de 18%, muito menor. Também aumentou — algo que identificamos em uma avaliação da Rede Cegonha — todo o esforço para que as mulheres fossem tratadas pelo nome, e não chamadas de forma impessoal, como 'mãezinha' ou 'mãe'. Houve uma preocupação em personalizar a relação com ela. Foram melhorias expressivas para o conforto da mulher.

A Rede Cegonha foi uma estratégia criada pelo Ministério da Saúde, em 2011, que propôs a melhoria da oferta de atenção pré-natal, a garantia da realização de todos os exames necessários e a vinculação da gestante a uma maternidade de referência para o parto.

> **"PRECISAMOS DIMINUIR A MORTALIDADE MATERNA.** O BRASIL ASSUMIU ESSE COMPROMISSO, E É VERGONHOSO QUE ELE NÃO SEJA CUMPRIDO. ESSE É UM GRANDE DESAFIO"

E O QUE SE ESPERA DA REDE ALYNE, INICIATIVA DO GOVERNO FEDERAL LANÇADA EM 2024 COMO UMA ESTRATÉGIA DE ATUALIZAÇÃO DA REDE CEGONHA?

A Rede Alyne, de alguma maneira, segue os preceitos da Rede Cegonha. Ela também dá muita ênfase à construção de centros de parto normal dentro dos hospitais e em unidades peri-hospitalares [como Casas da Gestante, Bebê e Puérpera (CGBP) e Centros de Parto Normal (CPN) peri-hospitalares]. Mas há um ponto importante que passa a aparecer com mais força agora e que não estava tão explicitado na época da Rede Cegonha: a redução da mortalidade materna. Esse tema sempre esteve em pauta, mas, na Rede Alyne, esse compromisso é mais forte, inclusive porque o Brasil vai ter que prestar contas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. Precisamos diminuir a mortalidade materna. O Brasil assumiu esse compromisso, e é vergonhoso que ele não seja cumprido. Esse é um grande desafio.

Enquanto a Rede Cegonha contou, à época, com financiamento para realizar obras nas maternidades e promover melhorias importantes, inclusive com investimentos nas ambiências, obras e até na compra de itens, como cadeiras para acompanhantes, a Rede Alyne, ao que me consta, tem tido pouco apoio financeiro para viabilizar suas ações. Isso ocorre em um contexto em que o financiamento da saúde é bastante limitado. Precisaríamos de muito mais recursos para dar conta do tamanho do desafio. Nesse sentido, a Rede Alyne acaba ficando fragilizada, porque não dispõe de um financiamento à altura da sua tarefa. O Ministério vem trabalhando essas questões nos estados, mas é preciso recurso para que tudo isso, de fato, aconteça.

EM 2021, DURANTE A PANDEMIA DE COVID-19, A MORTALIDADE MATERNA NO BRASIL ALCANÇOU A TAXA DE 107 MORTES MATERNAS PARA CADA 100 MIL NASCIDOS VIVOS, SEGUNDO O PAINEL DE MONITORAMENTO DA MORTALIDADE MATERNA DO MINISTÉRIO DA SAÚDE. QUAIS FATORES AJUDAM A EXPLICAR ESSE AUMENTO DURANTE A PANDEMIA? E QUAL É A SITUAÇÃO DO PAÍS HOJE?

A pandemia foi uma calamidade social. As unidades de saúde fecharam durante um tempo, e as mulheres que estavam grávidas não tiveram assistência pré-natal adequada. Em parte, porque as unidades estavam fechadas e, em parte, porque elas tinham medo de sair de casa. Então, primeiro: sem consultas suficientes, mulheres ficaram doentes, hipertensas, e nem descobriram. Segundo: as cirurgias eletivas foram paralisadas no país durante dois anos. Havia insuficiência de leitos para atender as pessoas e as mulheres também padeceram da falta de qualidade no atendimento, por excesso de demanda. Terceiro, as mulheres grávidas e principalmente no puerpério, foram atendidas, quando ficaram mais graves, em UTIs [Unidades de Terapia Intensiva] sem [profissionais com] experiência com gravidez. A grávida tem um organismo modificado. E, como não tinha obstetra nas UTIs, isso ampliou o risco de morte. Por último, no Brasil, tudo que complica é levado para a cesariana. Acha-se que a cesariana é uma solução para o neném nascer. Ocorre que a covid-19 é uma doença tromboembólica [que aumenta o risco de formação de coágulos no sangue, que podem levar a complicações graves como um Acidente Vascular Cerebral

A Rede recebeu esse nome em homenagem à Alyne da Silva Pimentel Teixeira, uma mulher negra, moradora da Baixada Fluminense (RJ), que morreu em 2002 por complicações evitáveis durante a gestação, após uma sequência de negligências no atendimento de saúde.

Para o país atingir esse Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, ele precisa chegar à marca de 30 óbitos por 100 mil nascidos vivos até 2030.

“PRECISAMOS DE UM INVESTIMENTO FORTÍSSIMO NA MELHORIA DA **ATENÇÃO PRÉ-NATAL E DA ATENÇÃO ÀS EMERGÊNCIAS OBSTÉTRICAS NAS MATERNIDADES”**

(AVC), por exemplo] e a cesariana pode levar ao tromboembolismo. Isso foi uma junção fatal.

Depois da pandemia, voltamos mais ou menos para o padrão anterior, mas não houve uma mudança expressiva. E isso é muito triste, porque temos uma mortalidade redutível enorme. A primeira causa de morte é a doença hipertensiva, e muita coisa pode ser feita no pré-natal para que essas mulheres não cheguem à maternidade com a pressão arterial descompensada e tenham complicações. O tratamento e o acompanhamento, como devem ser feitos, evitariam essa quantidade de complicações que vão redundar em óbitos e em casos de morbidade materna grave.

Precisamos de um investimento fortíssimo na melhoria da atenção pré-natal e da atenção às emergências obstétricas nas maternidades. Os profissionais e as condições nas maternidades precisam melhorar. Porque medicamentos e insumos, o SUS disponibiliza relativamente bem, mas é preciso saber tratar os casos graves com muita adequação temporal. Quando uma mulher grave chega, muitas vezes ela não demora para entrar na maternidade, mas demora depois para ser atendida dentro do hospital. E quando a mulher tem algum nível de gravidade, qualquer minuto perdido é crucial. Precisamos investir para reduzir a mortalidade materna nas emergências obstétricas, lidando com esses casos graves, como tendo responsabilidade de fazer uma abordagem imediata, sem nenhum atraso.

Também precisamos reduzir as cesarianas, porque trazem complicações. Temos estudado isso ao longo de quase 20 anos e sabemos que a cesariana aumenta as chances de associação com todos os indicadores de desfechos negativos no parto: morte materna, ao *near miss*, à morbidade grave e à prematuridade. E o Brasil tem cesariana em excesso. Não estamos falando de uma cesariana necessária — isso é maravilhoso que exista —, mas do excesso, do contingente de cesarianas desnecessárias, sem indicação clínica. Hoje, quase metade dos partos é por via operatória, e uma grande quantidade de mulheres acaba tendo complicações, porque é uma cirurgia: pode causar infecção e tem uma perda sanguínea maior do que um parto vaginal. A quantidade de partos vaginais é baixa, 52% [no SUS, segundo a pesquisa] é baixo. Deveria ser de 80%, no mínimo.

O bebê também tem mais complicações quando nasce de cesariana: vai mais para UTI, muitas vezes sem necessidade. Nenhum país precisa de quase 50% de cesarianas para ficar bem. Precisa de no máximo 20%, para atender as complicações obstétricas.

Além disso, a assistência pré-natal tem problemas de qualidade, e ela faz diferença. Qualquer análise que compare mulheres que não fizeram pré-natal com as que fizeram mostra uma diferença enorme nos resultados. Mesmo com os problemas e as insuficiências que ela tem, a assistência pré-natal faz uma diferença expressiva. Se não tivéssemos o pré-natal, a nossa mortalidade seria maior.

A PESQUISA INDICA QUE A MORTALIDADE MATERNA ENTRE MULHERES NEGRAS É QUASE O DOBRO DA OBSERVADA ENTRE MULHERES BRANCAS. DE QUE FORMA O RACISMO ESTRUTURAL E AS DESIGUALDADES SOCIAIS INFLUENCIAM A EXPERIÊNCIA DO PARTO?

As mulheres negras são mais pobres, têm piores condições de vida e acabam, por conta dessas condições — que são fatores de risco —, tendo maior mortalidade. A pobreza, a falta de proteção, a falta de atenção adequada e a discriminação que existe na sociedade formam um conjunto de fatores que fazem a mortalidade ser maior entre elas, o que é um absurdo.

São mulheres menos cuidadas, menos olhadas. No “Nascer no Brasil I”, nós encontramos um excesso de gravidez pós-termo em mulheres pretas [quando a gestação atinge ou ultrapassa 42 semanas completas], que é um risco tanto para a mãe quanto para o bebê. Quer dizer, não se interviu quando deveria intervir.

Por isso, é preciso fazer um programa dirigido para cuidar dessas mulheres de uma forma diferenciada. Isso é realmente necessário no Brasil, porque essa desigualdade é inaceitável. Precisamos de uma política voltada para este grupo populacional, que já experimenta tanto sofrimento na própria vida, e continua morrendo por causas evitáveis.

AINDA DE ACORDO COM OS DADOS DA PESQUISA, 65% DAS MULHERES NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO RELATARAM TER SOFRIDO AO MENOS UM TIPO DE VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA. ESSE É UM PADRÃO QUE SE REPETE EM OUTRAS REGIÕES DO PAÍS? TAMBÉM É POSSÍVEL TRAÇAR UM PERFIL DAS MULHERES QUE MAIS SOFREM VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA?

A violência contra a mulher está presente no cotidiano da sociedade brasileira. Basta ver o que está acontecendo com o feminicídio. As mulheres são rotineiramente violentadas, e no parto isso também acontece.

“DEVERÍAMOS TER MAIS DOULAS NO BRASIL. ELAS TRAVAM UMA LUTA MUITO GRANDE, VÃO SE FORMANDO, BUSCANDO SE PROFISSIONALIZAR. **É UM TRABALHO QUE MERECE MUITA ÊNFASE”**

Segundo dados do IBGE, a taxa de mortalidade materna no Brasil voltou a 57 a cada 100 mil nascidos vivos em 2023, índice similar ao ano de 2019, antes da pandemia.

O *Near miss* materno (NMM) é um termo definido pela OMS, que se refere a mulher que quase morreu, mas sobreviveu a uma complicação grave durante a gestação, parto ou até 42 dias após o término da gravidez.

É importante também lembrar que as mulheres estão mais instruídas, o que faz com que elas tenham mais capacidade de perceber a violência e ter menos tolerância a ela.

O que aconteceu no estudo do estado do Rio de Janeiro, que mostrou 65% de violências obstétricas é que cerca de 40% dessas referem-se aos toques vaginais, que não precisam ser feitos com tanta frequência. Antigamente, o corpo das mulheres eram um "espaço de treinamento" para estudantes nos hospitais públicos, nos quais se faziam excessivos toques. Hoje, isso não é recomendado. Por quê? Porque aumenta muito a chance de contaminar o líquido amniótico por bactérias e aumenta a dor. Então, não é para fazer muito toque, tem que observar pelas contrações, pelos intervalos. De vez em quando pode ser necessário conferir, mas não o tempo todo. As mulheres hoje não aceitam mais isso, que mexam no corpo delas sem pedir licença e sem explicar por que estão mexendo.

O corpo da mulher era visto como "terra de ninguém". E, à medida que elas são mais escolarizadas e respeitadas dentro das maternidades, aumenta a intolerância a esse tipo de prática. Esse dado é um sinal ruim, que tem a ver com a falta de respeito nessas relações, e, ao mesmo tempo, é um sinal bom, porque as mulheres não toleram mais essas coisas.

AS DOULAS, PROFISSIONAIS QUE OFERECEM APOIO FÍSICO, EMOCIONAL E INFORMATIVO ÀS MULHERES NA GESTAÇÃO, NO PARTO E NO PÓS-PARTO, SÃO DESTACADAS PELO "NASCER NO BRASIL II" COMO IMPORTANTES PARA MELHORAR A EXPERIÊNCIA DO PARTO. O QUE OS DADOS DIZEM SOBRE ESSE IMPACTO?

Nós vimos no estudo do Rio de Janeiro que tínhamos quase 5% de presença de doulas no setor privado, e algo em torno de 2% no setor público. É pouco. Mas as mulheres que contaram com uma doula tiveram quatro vezes mais chance de terminar o trabalho de parto em parto vaginal. Ou seja, esta profissional foi um elemento de diferenciação no acompanhamento da mulher.

Ainda estamos organizando os primeiros dados nacionais. Então, vamos olhar essa questão com muito cuidado. Mas o que aparece até agora é essa associação muito forte entre a presença da doula e o desfecho em parto vaginal para as mulheres que entraram em trabalho de parto. Isso faz uma diferença muito grande. Deveríamos ter mais doulas no Brasil. Elas travam uma luta muito grande, vão se formando, buscando se profissionalizar. É um trabalho que merece muita ênfase.

SOBRE AS CONDIÇÕES DO PARTO, NA PRIMEIRA EDIÇÃO DO INQUÉRITO APENAS 9% DOS PARTOS ERAM REALIZADOS EM POSIÇÕES VERTICALIZADAS (COMO DE CÓCORAS, SENTADA OU EM PÉ), PERCENTUAL QUE SUBIU PARA 29% NA SEGUNDA EDIÇÃO DO ESTUDO. NO MESMO PERÍODO, A REALIZAÇÃO DE EPISIOTOMIA (CORTE NO PERÍNEO DURANTE O PARTO) CAIU DE 47% PARA 7%, E O USO DA MANOBRA DE KRISTELLER (PRESSÃO MANUAL APLICADA POR UM PROFISSIONAL DE SAÚDE NA PARTE SUPERIOR DO ABDÔMEN DA MULHER NO MOMENTO DA SAÍDA DO BEBÊ) DIMINUIU DE 36% PARA 9%. ESSES DADOS INDICAM UMA MUDANÇA POSITIVA NA CULTURA DA ATENÇÃO AO PARTO NO BRASIL?

Tudo melhorou bastante. Foi uma mudança que acabou contaminando o setor privado também, e isso foi muito legal. A atenção ao parto vaginal no setor privado sempre foi muito pequena, porque chegava a quase 90% de cesarianas, e eles melhoraram. Hoje estão com cerca de 18% de parto vaginal. Ainda é pouco, mas é uma melhora. A atenção ao parto vaginal, quando ele ocorre — porque ainda é pouco —, passou a ter uma qualidade muito melhor. Vimos isso no Rio de Janeiro, inclusive no interior. O setor privado realmente fez uma mudança, e isso também está ligado a uma política pública desenvolvida pela ANS [Agência Nacional de Saúde Suplementar], que é o "Parto Adequado". Esse programa fez um trabalho entre os hospitais e as operadoras de planos de saúde, para que a mulher fosse central no seu parto, para diminuir intervenções desnecessárias e garantir um parto vaginal de qualidade.

Melhorou muito a questão do parto em posição verticalizada, em que a mulher tem mais força para ajudar no período expulsivo do bebê. Melhorou também a questão da episiotomia, que é aquele corte no períneo da mulher, que não é mais uma recomendação de rotina. Antes, faziam muitas coisas sem evidência científica, uma verdadeira experimentação no corpo da mulher. Quando foram feitas as análises, viu-se que isso não fazia sentido, não ajudava em nada e, pelo contrário, podia até causar um corte maior do que o necessário. Isso diminuiu bastante. Hoje estamos com menos de 7% de episiotomia. Também diminuiu muito a manobra de Kristeller, que é empurrar o útero da mulher no período expulsivo, fazendo uma força para ajudar o bebê a descer. Isso causa um estrago no períneo da mulher, porque se coloca uma força brutal ali.

São práticas que diminuíram muito e temos que celebrar. Estamos hoje em uma posição muito melhor: temos mais respeito à mulher, além da promoção e oferta de uma atenção ao parto de acordo com as melhores evidências científicas.

POR FIM, QUAIS SÃO OS DESAFIOS HOJE, NO SUS, DO PRÉ-NATAL, DO PARTO E DO PUERPÉRIO?

Melhorarmos a qualidade da atenção no pré-natal e no parto. O SUS é um espaço de proteção, no sentido de tentar oferecer igualdade de condições para a população mais pobre, garantir um bom acesso à saúde, promover a saúde, evitar o adoecimento, o agravamento e a morte. Só que tudo isso bate no limite dos problemas sociais do Brasil. Por mais que o SUS faça [sua parte], os resultados nunca vão chegar ao máximo se não houver melhora das condições de vida e se não houver redução das iniquidades sociais. Esses dois elementos são profundamente adoecedores. A população não consegue se beneficiar completamente das ofertas que o sistema de saúde faz por motivos múltiplos: pelas condições de vida como baixos salários, trabalho e moradia insalubres, alimentação inadequada, ausência de lazer, sofrimento psíquico pelo sentimento de inferioridade etc. Essas são questões fundamentais para que todas as entregas do SUS consigam, de fato, alcançar seus resultados plenos. ●

PORTAS FECHADAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO

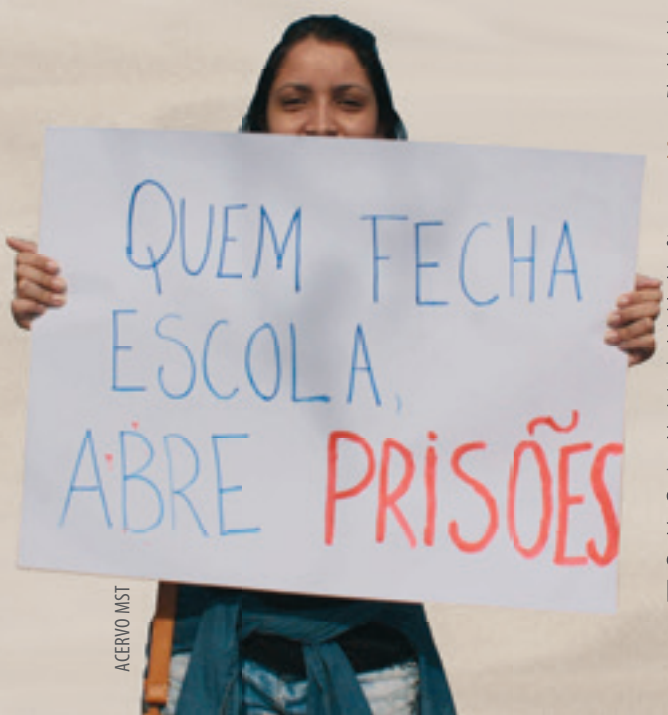
Movimentos denunciam o fechamento sistemático de escolas do campo por todo o país. Para organizações mobilizadas, há uma finalidade implícita: desarticular comunidades rurais e preparar o terreno para o avanço do agronegócio, da mineração e do garimpo

ANDRÉ ANTUNES

Os dados chamam atenção: entre 2000 e 2024, foram extintas 163.854 escolas no Brasil, sendo que 110.758 estavam localizadas em territórios rurais. Das 3.159 escolas extintas no país em 2024, 1.585 estavam no meio rural (uma carga desproporcional considerando que o campo abriga apenas 12,6% da população brasileira, segundo o Censo de 2022); nesse mesmo ano, outras 18.201 escolas encontravam-se paralisadas nos territórios rurais. Os números foram reunidos pelo Grupo de Estudos e Pesquisas em Educação do Campo, das Águas e das Florestas nas Amazônias da Universidade Federal do Pará (Geperuaz/UFPA), e estão presentes em uma nota pública divulgada no final de janeiro pelo Fórum Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas (Fonec).

Os dados corroboram a alegação do Fórum de que o fechamento de escolas do campo "não é um fenômeno isolado". Números do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira do Ministério da Educação (Inep/MEC) reforçam a tese: entre 1999 e 2019, o número de escolas do campo em atividade no país caiu de 118.996 para 54.730, uma redução de 54% em 20 anos. Mais recentemente, o Censo Escolar do Inep mostrou que esse número continuou caindo desde 2019: segundo o órgão, havia 48,8 mil escolas do campo no país em 2024.

Nesse cenário, movimentos sociais, sindicatos rurais, universidades públicas e demais entidades reunidas no Fonec se mobilizam para tentar conter esse processo de fechamento sistemático, que segue em andamento, ainda que a um ritmo mais lento nos últimos cinco anos – uma desaceleração que fontes ligadas ao Fórum reivindicam como fruto de sua mobilização. Para especialistas na área, no entanto, há um projeto político por trás do processo de fechamento: o esvaziamento dos territórios rurais para abrir fronteiras para a concentração fundiária e a produção de *commodities* agrícolas e minerais.



ACERVO MST

Sem diálogo

Revolta e impotência. Foram as palavras utilizadas pela professora Edeny Vilhena, da rede municipal de Vigia de Nazaré, no Pará, para descrever o sentimento de alunos, pais e professores da Escola Municipal de Ensino Infantil e Fundamental Nair Gaia Ataíde após o seu fechamento, em fevereiro de 2024. "A justificativa dada foi a redução de custos, um baixo índice do Ideb [Índice de Desenvolvimento da Educação Básica] do município e a extinção das turmas multisseriadas", conta Vilhena. Com o fechamento, cerca de dez alunos das comunidades de Atougue e Ubintuba – filhos de agricultores, extrativistas de vegetais e pescadores, segundo a professora – tiveram que ser transferidos para outras três escolas. Alguns deles passaram a ter que percorrer até 8 quilômetros, distância – trecho considerável em um contexto rural e amazônico. "Isso afetou as possibilidades da comunidade e a escola dialogarem, o que acontecia nos eventos realizados pela escola nas comunidades, assim como a comunicação dos professores com os responsáveis", afirma Vilhena.

As turmas multisseriadas são uma forma de organização do ensino comum nas escolas do campo, na qual um professor dá aulas para estudantes de diferentes idades e níveis de conhecimento na mesma sala de aula. Para Salomão Hage, professor da Universidade Federal do Pará (UFPA), atribuir os baixos índices escolares das escolas do campo às turmas multisseriadas, como vêm fazendo os gestores municipais e estaduais para justificar o fechamento das escolas, é um argumento falso. "As escolas multisseriadas existem desde que o Brasil existe. O problema é que nossas escolas são abandonadas e precarizadas e os gestores não se responsabilizam por todo esse abandono e precarização", critica.

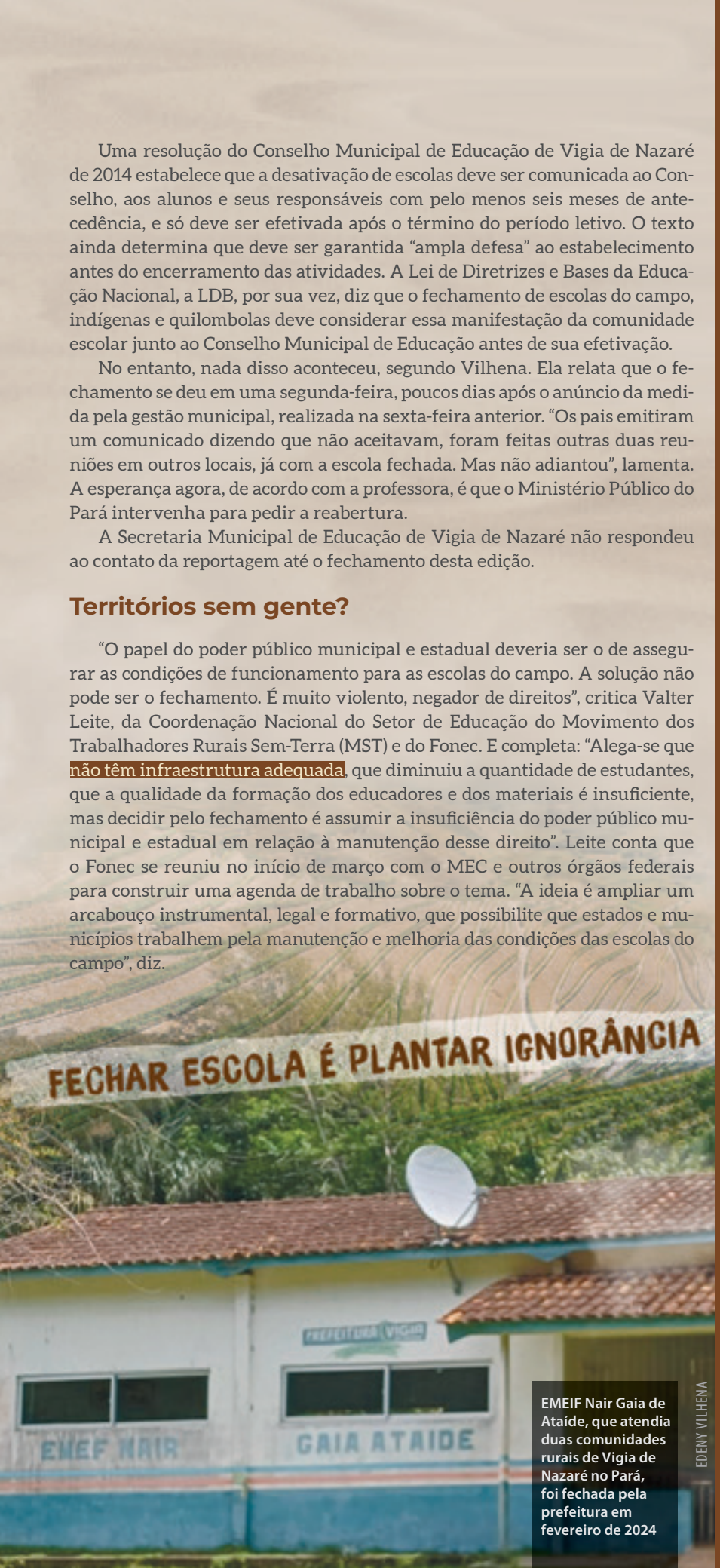
Uma resolução do Conselho Municipal de Educação de Vigia de Nazaré de 2014 estabelece que a desativação de escolas deve ser comunicada ao Conselho, aos alunos e seus responsáveis com pelo menos seis meses de antecedência, e só deve ser efetivada após o término do período letivo. O texto ainda determina que deve ser garantida "ampla defesa" ao estabelecimento antes do encerramento das atividades. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, por sua vez, diz que o fechamento de escolas do campo, indígenas e quilombolas deve considerar essa manifestação da comunidade escolar junto ao Conselho Municipal de Educação antes de sua efetivação.

No entanto, nada disso aconteceu, segundo Vilhena. Ela relata que o fechamento se deu em uma segunda-feira, poucos dias após o anúncio da medida pela gestão municipal, realizada na sexta-feira anterior. "Os pais emitiram um comunicado dizendo que não aceitavam, foram feitas outras duas reuniões em outros locais, já com a escola fechada. Mas não adiantou", lamenta. A esperança agora, de acordo com a professora, é que o Ministério Público do Pará intervenha para pedir a reabertura.

A Secretaria Municipal de Educação de Vigia de Nazaré não respondeu ao contato da reportagem até o fechamento desta edição.

Territórios sem gente?

"O papel do poder público municipal e estadual deveria ser o de assegurar as condições de funcionamento para as escolas do campo. A solução não pode ser o fechamento. É muito violento, negador de direitos", critica Valter Leite, da Coordenação Nacional do Setor de Educação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) e do Fonec. E completa: "Alega-se que não têm infraestrutura adequada, que diminuiu a quantidade de estudantes, que a qualidade da formação dos educadores e dos materiais é insuficiente, mas decidir pelo fechamento é assumir a insuficiência do poder público municipal e estadual em relação à manutenção desse direito". Leite conta que o Fonec se reuniu no início de março com o MEC e outros órgãos federais para construir uma agenda de trabalho sobre o tema. "A ideia é ampliar um arcabouço instrumental, legal e formativo, que possibilite que estados e municípios trabalhem pela manutenção e melhoria das condições das escolas do campo", diz.



EMEIF Nair Gaia de Ataíde, que atendia duas comunidades rurais de Vigia de Nazaré no Pará, foi fechada pela prefeitura em fevereiro de 2024

EDENY VILHENA

O Novo Pronacampo

Esses problemas não são novos, e enfrentá-los é um dos objetivos da Política Nacional de Educação do Campo, das Águas e das Florestas, conhecida como Novo Pronacampo, lançada em janeiro de 2025. A política prevê apoio técnico e financeiro a estados e municípios para melhorar a infraestrutura das escolas rurais, formar professores, produzir materiais didáticos específicos e fortalecer práticas pedagógicas ligadas às realidades locais. Entidades do Fonec veem a Política como um avanço importante e uma conquista dos movimentos do campo, mas alertam que é preciso manter essas escolas abertas e em funcionamento para que ela saia do papel. "O Novo Pronacampo é uma luta do movimento social e sindical. Fizemos através do Fórum uma discussão sobre ele, ouvindo os povos do campo, da floresta, das águas, as comunidades, os assentamentos. A partir disso tivemos várias reuniões com o governo federal", destaca Erinaldo Lima, do Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (CONTAG). Ele completa que a Política "dá conta de muitos dos anseios" dos movimentos do campo, ainda que não seja "o ideal". "Mas já é algo com a cara do movimento social, que aponta para um modelo de educação construído de baixo para cima", afirma Lima, para quem a nova Política traz mecanismos que podem, "em tese", combater o fechamento de escolas.

Já Valter Leite, do setor de educação do MST, embora avalie que a Política foi "lançada tardiamente" – o que tem dificultado sua implementação, segundo ele – considera que traz pontos positivos. Um deles é a previsão de estruturação de mecanismos de governança e coordenação interfederativa reunindo movimentos sociais, sindicais, secretarias municipais e estaduais para acompanhar, monitorar e avaliar a implementação da política. "Pode ajudar a tensionar a discussão junto aos estados e municípios sobre o processo de fechamento", aposta Leite. Ele conta ainda que uma novidade do Novo Pronacampo é o Programa Nacional de Multisseriação, o ProMulti, eixo da Política que oferece apoio pedagógico e institucional as escolas que funcionam com turmas multisseriadas, com apoio à formação de professores e gestores e desenvolvimento de materiais didáticos específicos. "É a primeira vez na história da política educacional a nível federal que temos um reconhecimento e valorização das escolas multisseriadas. Não como um problema, mas como uma solução para ter a oferta da educação básica em comunidades consideradas de difícil acesso, mas que merecem ter escola", pontua o integrante da coordenação do setor de educação do MST.

> “ESTAMOS FALANDO DE PESSOAS QUE ESTÃO DEIXANDO DE APRENDER AS TÉCNICAS ANCESTRAIS DOS SEUS POVOS, NA AGRICULTURA FAMILIAR, NAS COMUNIDADES QUILOMBOLAS, TRADICIONAIS, RIBEIRINHAS, **PARA TER QUE SAIR MAIS CEDO E CHEGAR MAIS TARDE EM CASA. É PREOCUPANTE”**
>
> **ERINALDO LIMA**
> Secretário de Políticas Sociais da Contag

Assim como a Escola Municipal Nair Gaia Ataíde em Vigia de Nazaré, há outras dezenas de escolas do campo que foram fechadas e paralisadas em pelo menos nove estados do país de 2024 para cá, segundo o Fórum. O Paraná lidera o ranking, com 45 escolas fechadas e 121 paralisadas apenas em 2024, sendo que outras oito estavam em processo de fechamento; depois vem o Espírito Santo, com 21 escolas fechadas em 2025 e outras sob ameaça de encerramento de atividades; em seguida Paraíba e Rondônia, com cinco casos cada em 2025. Além destes, Goiás, Rio Grande do Sul, Mato Grosso do Sul, Pará e Amazonas também são citados pelo Fórum por promoverem o fechamento de escolas do campo no ano passado. Tudo por meio, segundo a nota, de “decisões administrativas autoritárias, antidemocráticas e profundamente violadoras do direito constitucional à educação”. Um processo que vem atingindo diretamente crianças, adolescentes, jovens e adultos das comunidades camponesas, ribeirinhas, indígenas, quilombolas, extrativistas e agricultura familiar, e que vem, segundo o Fonec, “aprofundando desigualdades históricas” e expondo milhares de famílias ao “abandono institucional”. “Fechar uma escola do campo é atacar a própria existência das comunidades”, completa o texto.

Integrante da coordenação do Fonec e professor da UFPA, Salomão Hage conta que, apesar desse cenário, a regulamentação sobre o fechamento de escolas no Brasil está “avançadíssima”, o que no caso das escolas do campo se deu principalmente a partir de 2014. Foi nesse ano que ocorreu a inclusão na LDB do trecho sobre a necessidade de ouvir as comunidades afetadas antes do fechamento. Além disso, continua ele, o país tem hoje um governo federal disposto a dialogar com os movimentos do campo. “Mas as escolas continuam sendo fechadas”, lamenta Hage.

Para ele, não se trata apenas de uma questão de garantir políticas públicas para a Educação do Campo. “Há um grande interesse de que os nossos territórios não tenham gente”, avalia o pesquisador. Ele lembra que o chamado êxodo rural – fenômeno que marcou o processo de transformações socioeconômicas do país a partir da segunda metade do século 20 – continua em curso, ainda que a um ritmo mais lento. Dados do censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que entre 2010 e 2022 a população vivendo no meio rural brasileiro caiu de 29,8 milhões para 25,6 milhões. Um processo migratório que em grande medida tem como destino as “periferias urbanas muito precárias” das grandes cidades brasileiras, diz Hage. “Essa migração é provocada pela negação dos direitos às pessoas nos seus territórios, porque elas não sairiam dos seus territórios se tivessem educação e saúde de qualidade, além de condições dignas para poder viver lá”, adverte.

Ele destaca que o fechamento de escolas do campo afeta populações que residem justamente em áreas que apresentam os melhores níveis de preservação ambiental do território brasileiro. “A gente vive tempos de intensificação da produção de *commodities* para exportação. Vemos a soja querendo avançar cada vez mais sobre o Cerrado, sobre a Amazônia. E ela avança justamente nas áreas protegidas que são em grande parte ocupadas por territórios indígenas, quilombolas, reservas extrativistas, assentamentos agroextrativistas, populações tradicionais”, diz o professor da UFPA. E completa: “Quando você tem uma política que nega direitos e as pessoas são obrigadas a sair, essas áreas vão se tornando vulneráveis para o avanço da mineração, da soja, do eucalipto, do dendê, do boi”.

Erinaldo Lima, secretário de Políticas Sociais da Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares (Contag), avalia que a leitura que relaciona o fechamento das escolas do campo com a vulnerabilização dos territórios rurais ganha ainda mais sentido pelas características do trabalho familiar nas comunidades, nas quais os filhos adolescentes costumam trabalhar na produção, em paralelo aos estudos. “Eles ajudam no desenvolvimento das práticas agrícolas, na dinâmica da agricultura familiar. Quando uma escola é fechada, esse jovem passa a ter que sair da sua comunidade para estudar, o que significa transporte, e menos tempo para dedicar à família e ao trabalho familiar”, pontua Lima. E complementa: “Estamos falando de pessoas que estão deixando de aprender as técnicas ancestrais dos seus povos, na agricultura familiar, nas comunidades quilombolas, tradicionais, ribeirinhas, para ter que sair mais cedo e chegar mais tarde em casa. É preocupante”.

Políticas urbanocêntricas

Salomão Hage explica que a justificativa oficial para o fechamento é a chamada política de nucleação levada à cabo por estados e municípios, que consiste no encerramento das atividades em escolas localizadas em pequenas comunidades – sob o argumento de que há poucos alunos e a infraestrutura educacional é precária – e o deslocamento de seus estudantes para uma escola-polo, localizada em um distrito maior ou na sede do município. "A ideia é oferecer uma educação mais parecida como é na cidade. Os discursos vêm sempre envolvidos com essa perspectiva da modernização, de otimização da gestão. Com o que menos eles se preocupam é com as crianças e adolescentes que têm que passar horas esperando o transporte escolar, que têm que acordar muito cedo para poder se deslocar, às vezes sem comer", reclama o professor da UFPA, chamando a atenção para o contexto amazônico, onde o transporte escolar é muitas vezes feito de barco. "Os nossos rios são imensos, e o transporte depende da hora da maré", diz Hage. No caso do transporte por terra também são muitas as dificuldades. "As nossas comunidades são ligadas não por rodovias, mas por estradas de chão batido que nesse período das chuvas ficam intrafegáveis", explica.

Valter Leite, da coordenação nacional do setor de educação do MST, destaca o que chama de "interesses escusos" envolvidos nas políticas de fechamento de escolas: um deles é o "ambiente de negócios" que o transporte escolar oferece nos estados e municípios. "É um negócio muito lucrativo localmente. Não dá para generalizar, mas a gente sabe que as empresas que oferecem serviço de transporte escolar estão ligadas a grandes grupos empresariais, com boa interlocução, para não dizer coalizão, com os poderes municipais e estaduais. Então expandir o transporte escolar é interessante", pontua Leite.

Ele também é crítico das estratégias de Educação à Distância (EaD) que vêm sendo utilizadas para viabilizar a oferta de educação para comunidades rurais. O governo de Goiás é um exemplo. O estado implantou em 2020 o programa Goiás Tec, através do qual vem oferecendo ensino fundamental e médio usando mediação tecnológica, especialmente para comunidades rurais. As aulas são transmitidas ao vivo, a partir de estúdios em Goiânia, ou gravadas para várias escolas ao mesmo tempo, com a presença de um professor mediador nas escolas. O Fonec denuncia que escolas do campo do estado vêm sendo fechadas e substituídas por esse modelo. "Isso também inferioriza a qualidade educacional e descaracteriza a própria escola", diz Leite.

Para Salomão Hage, as comunidades rurais são vítimas de "políticas urbanocêntricas" e do preconceito. "Vários termos utilizados para se referir à essas populações expressam um racismo e um preconceito muito grandes. Quando a gente diz que são populações de difícil acesso, remotas, isoladas. Todos esses termos, incluindo a ideia da 'baixa densidade demográfica', são utilizados para que os gestores públicos não assegurem os direitos estabelecidos para todos os brasileiros, entre eles a educação obrigatória dos 4 aos 17 anos", assinala Hage. O resultado, segundo o professor da UFPA, é a desestruturação das escolas do campo, "abandonadas pelo poder público". "Vai se criando um conjunto de políticas de precarização dos direitos, que servem de justificativa para os gestores educacionais aparecerem como 'salvadores da pátria', falando em 'modernizar' o sistema educacional dos territórios, fechando as escolas e ofertando o transporte escolar através da política de nucleação", alerta o professor da UFPA, para quem o país possui hoje uma legislação avançada sobre a Educação do Campo, que pode ser uma arma no enfrentamento ao fechamento sistemático de escolas do campo. "Mas se não houver movimento, mobilização, organização, a gente não faz com que a lei se materialize", cobra Hage.

O que é Educação do Campo?

Você sabe do que estamos falando quando falamos de escolas e de Educação do Campo? Não se trata meramente de uma questão geográfica, se uma escola se localiza no meio rural ou urbano. A questão é mais complexa que isso. Tanto que a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) lançou em 2012 uma publicação de quase 800 páginas dedicada ao tema: o Dicionário da Educação do Campo. A doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e assessora pedagógica do Instituto de Educação Josué de Castro (RS), Roseli Caldart, é a autora do verbete sobre Educação do Campo. Nele, ela explica que não se trata de uma adaptação da escola urbana, mas uma escola "no campo e do campo", apresentando necessariamente laços com a cultura, a história e os modos de vida das populações rurais. A Educação do Campo busca aliar a dimensão da luta pela ampliação do acesso e da escolarização no meio rural com a construção de um projeto político pedagógico próprio, ligado à realidade do meio rural. Segundo Caldart, o conceito nasceu no final dos anos 1990 e se desenvolveu a partir das lutas por reforma agrária e por políticas públicas para o campo. "[A Educação do Campo] combina luta pela educação com luta pela terra, pela Reforma Agrária, pelo direito ao trabalho, à cultura, à soberania alimentar, ao território. Por isso, sua relação de origem com os movimentos sociais de trabalhadores", escreve. Explicação que ajuda a entender a oposição que os movimentos sociais e sindicais do campo vêm fazendo ao fechamento das escolas do campo, que segundo eles promove o enfraquecimento do projeto de Educação do Campo, ao afastar os estudantes de suas comunidades e romper com a relação entre escola, territórios e modos de vida.

UMA REFORMA INACABADA

Lei da Reforma Psiquiátrica completa 25 anos em meio a um cenário contraditório: retomada de ações estatais para expansão da rede de atenção psicossocial no SUS convive com repasse de recursos públicos para entidades que pesquisadores e militantes vêm chamando de "manicômios modernos": as comunidades terapêuticas

ANDRÉ ANTUNES



CHATGPT

"Estive hoje num campo de concentração nazista. Em lugar nenhum do mundo presenciei uma tragédia como essa". O psiquiatra italiano Franco Basaglia, referência mundial da luta contra os manicômios, resumiu assim sua visita ao Hospital Colônia de Barbacena (MG), em 1979. Conhecida apenas por "Colônia", a instituição se tornou o grande símbolo dos horrores da assistência psiquiátrica no país. Entre seus muros, 60 mil brasileiros – homens, mulheres e crianças, a maioria internada à força – perderam suas vidas entre 1930 e 1980, vítimas da fome, do frio, das doenças que se proliferavam em meio às péssimas condições de higiene e dos métodos cruéis de "tratamento" da época, como o eletrochoque. Uma tragédia retratada no livro Holocausto Brasileiro (Editora Intrínseca), da jornalista Daniela Arbex.

A associação com o nazismo evoca a dimensão e a crueldade do extermínio praticado ali, mas também remete ao papel do Estado brasileiro nas atrocidades sistematicamente cometidas ao longo de décadas. Uma barbárie que ajudou a justificar e a dar urgência a uma mobilização social preocupada em evitar que episódios como esse se repetissem. Sua grande vitória se deu em abril de 2001, com a sanção da Lei nº 10.216, mais conhecida como a Lei da Reforma Psiquiátrica. Passados 25 anos, porém, sua implementação permanece inconclusa – e ameaçada.

Processo de luta

"A Lei da Reforma Psiquiátrica é uma enorme conquista. Ela foi um processo de luta da sociedade como um todo, com a liderança do movimento antimanicomial, para superação do modelo hospitalocêntrico", resume Ana Paula Guljor, presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental (Abrasme) e coordenadora do Laboratório de Estudos e Pesquisas em Saúde Mental e Atenção Psicossocial da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (Ensp/Fiocruz). Ela destaca que a lei foi resultado de um processo de questionamento da lógica manicomial cujas raízes remontam a meados dos anos 1970, com uma mobilização de trabalhadores da saúde mental inspirados em movimentos similares de outros países. "Essa legislação foi construída pela sociedade engajada, com muita luta, passeatas a Brasília, articulação política. Quando a lei chega já havia uma movimentação muito potente para a ruptura com o paradigma manicomial", destaca Guljor. A apresentação ao Congresso do Projeto de Lei nº 3.657, que se tornaria a Lei nº 10.216, se deu em 1989, mas longos 12 anos se passariam antes que fosse aprovada no Congresso.

O texto é enxuto: são apenas 13 artigos. O suficiente para romper com a lógica secular de assistência psiquiátrica no Brasil, até então centrada na internação prolongada em hospitais psiquiátricos. Ela inovou ao tratar, pela primeira vez, as pessoas com transtornos mentais como sujeitos de direitos, e não meros objetos da tutela médica. Entre esses direitos está o de serem tratados, preferencialmente, em serviços de base comunitária de saúde mental, organizados no território onde vivem, com foco no cuidado em liberdade e na convivência social e comunitária. O direito à proteção contra qualquer forma de exploração e abuso, ao livre acesso aos meios de comunicação disponíveis

e ao maior número de informações sobre seu tratamento são outras previsões da lei. A legislação não acaba com os hospitais psiquiátricos, mas estipula que a internação seja realizada apenas em último caso, esgotados os recursos extra-hospitalares, e só pode ser realizada mediante laudo médico que a justifique. O texto diz ainda que o tratamento em regime de internação deverá oferecer assistência integral, incluindo serviços médicos, de assistência social, psicológicos, ocupacionais, de lazer, e outros.

Dez anos depois da lei, foi publicada a Portaria nº 3.088/11, instituindo a Rede de Atenção Psicossocial (Raps), para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Sua principal referência são os Centros de Atenção Psicossocial, ou Caps. A Raps prevê ainda Unidades de Acolhimento (UA), para pessoas que necessitam temporariamente de atendimento intensivo fora do ambiente hospitalar; inclui estratégias para desinstitucionalização e fechamento progressivo de hospitais psiquiátricos, como os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), moradias para pessoas que viveram longos períodos em internação psiquiátrica e não possuam suporte familiar ou social. Outra estratégia importante nesse sentido prevista na Raps foi o Programa De Volta para Casa, criado em 2003, de auxílio financeiro para a reinserção social e reparação pelas violações de direitos sofridas por pessoas internadas por longos períodos. "Quando a gente pensa no cuidado de pessoas em sofrimento psíquico ou usuários de substâncias de forma abusiva, nós temos a necessidade de olhar para esse sujeito como um todo, não só sobre o diagnóstico. A gente fala de políticas intersetoriais", destaca Guljor. Esse sempre foi um desafio importante na Reforma Psiquiátrica, segundo ela: "garantir políticas de lazer, moradia, educação, inclusão em todos os aspectos da vida comunitária".

> "A FORMA MAIS EFICAZ DE DESIDRATAR AS COMUNIDADES TERAPÊUTICAS **É FORTALECENDO O SUS"**
>
> **CAROLINA LEMOS**
> Perita do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura

A portaria estabeleceu ainda as responsabilidades e atribuições de cada um dos equipamentos integrantes da Raps, que inclui, além das unidades de atenção especializada, como os Caps, as unidades básicas de saúde, as Unidades de Pronto Atendimento (UPA) e as enfermarias especializadas em hospitais da rede. "A política de Estado permitiu que progressivamente os grandes manicômios, fossem fechados, com uma política de indução de outros dispositivos, como os Caps. Isso foi um avanço importante", ressalta a presidente da Abrasme, e complementa: "Ao longo de 25 anos vemos a manutenção de um processo de luta, com momentos de avanço e outros de uma desaceleração. Mas hoje temos pontos bastante positivos na imagem que a sociedade tem das pessoas em sofrimento psíquico".

A ameaça da contrarreforma

A despeito dos avanços, a Reforma Psiquiátrica e seus princípios seguem sob ameaça. Para especialistas, está em curso um movimento que busca reinstituir no cuidado à saúde mental uma lógica manicomial, privatista e orientada por um discurso moralizante. Seu grande expoente responde pelo nome de comunidades terapêuticas (CTs), símbolo maior de uma contrarreforma psiquiátrica que segue viva, e prospera com o apoio do Estado.

Surgidas no final da década de 1960 no Brasil e inspiradas em experiências no Reino Unido e Estados Unidos, as comunidades terapêuticas têm como foco o acolhimento de pessoas com uso problemático de álcool e outras drogas, e se espalharam rapidamente pelo país ao longo dos últimos 20 anos, beneficiadas em parte pela atenção midiática e governamental à chamada "epidemia" do crack.

Neste período houve uma crescente aproximação delas com o poder público, principalmente através de financiamento estatal e reconhecimento normativo nas políticas sobre drogas. Mas seu crescimento se deu de forma desordenada e à margem da fiscalização estatal. Não se sabe com precisão quantas existem hoje: o número mais recente é de uma nota técnica do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) que, em 2017, estimou em cerca de 2 mil as comunidades terapêuticas espalhadas pelas cinco regiões do país. A nota informa que estas são em sua maioria instituições não governamentais localizadas no meio rural, que têm como modelo a promoção da abstinência, com base no discurso religioso: 82% delas eram vinculadas a igrejas e organizações religiosas. A média de trabalhadores atuando nas comunidades foi de 25 profissionais. Destes 14 eram voluntários. A maioria dos funcionários não tinha nível superior ou formação na área da saúde, sendo que apenas as de grande porte possuíam médicos. Mas 55% das CTs informaram prescrever remédios, inclusive psiquiátricos, mesmo sem orientação médica. A maioria delas se mantinha, pelo menos em parte, com recursos públicos, repassados por governos municipais (41,1% das comunidades), estaduais (27,8%) e federal (24,1%); 8% recebiam das três esferas de governo e 56% de pelo menos duas.

No final de 2025 a Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (PFDC/MPF) e o Ministério Público do Trabalho (MPT) divulgaram o segundo Relatório da Inspeção Nacional em Comunidades Terapêuticas, sete anos após a primeira edição. O documento traz os resultados de uma inspeção realizada pelos dois órgãos em 43 comunidades terapêuticas de 25 estados e do Distrito Federal entre novembro e dezembro de 2024, e revela um quadro de violação de direitos. Durante

as visitas foi constatada a adoção de "métodos que retornavam à lógica da internação, inclusive compulsória" pelas comunidades.

Verificou-se por exemplo, que em 57,9% delas os períodos de acolhimento ultrapassam o limite de um ano estabelecido pela Resolução nº 01/2015 do Conselho Nacional de Políticas sobre Drogas (Conad), que traz parâmetros de funcionamento dessas entidades. Em algumas, o período mínimo de permanência é de 12 meses, e há registros de permanência por até 10 anos em alguns locais. A inspeção reuniu vários depoimentos de acolhidos que foram trazidos para as comunidades contra sua vontade, pela mãe ou outros familiares, e foram proibidos de sair, ainda que a legislação que rege as CTs determine que a adesão e permanência deve ser voluntária. A Lei nº 11.343/2006, que institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas, ainda veda o "isolamento físico do usuário ou dependente de drogas", mas a maioria das comunidades visitadas (70%), viola essa regra, impedindo a livre saída dos usuários e adotando medidas punitivas em caso de tentativa de fuga. Mais grave do que isso, o documento lista violações cometidas pelas CTs às normativas relacionadas à tortura, que tipificam como crime qualquer ato que cause "intenso sofrimento físico ou mental, quando aplicado como castigo ou forma de coerção" (Lei nº 9.455/1997, conhecida como Lei da Tortura). No entanto, os depoimentos dos acolhidos revelam um cotidiano de violência física e psicológica, como agressões verbais e ameaças. Também foi identificado o uso de contenção física em 20,8% das unidades inspecionadas, e de contenção química em 32%.

Pouco mais da metade das comunidades não possui integração com a rede de saúde ou desconhecem tal vínculo, em desacordo com o que prevê a Lei nº 11.343/2006 e a resolução RDC nº 29 da Anvisa, de 2011, que determina que as comunidades tenham mecanismos de encaminhamento à rede de saúde pública ou privada. A inspeção identificou ainda que em 70% dos casos não há profissionais com formação específica em saúde mental, e o número de profissionais das equipes – formadas majoritariamente por trabalhadores sem formação específica – em alguns casos foi de apenas dois.

"Encontramos práticas que eram denunciadas antes da Reforma Psiquiátrica, de maus tratos a pessoas que estão ali isoladas, num sistema de asilamento. Vimos de forma uniforme no país todo que essas pessoas estão lá contra sua vontade, foram levadas por outras pessoas, muitas vezes familiares, e sua comunicação é restrita", destaca a coordenadora da Comissão de Saúde da PFDC/MPF Marina Filgueira. E complementa: "Muitas adotam tanto a contenção física quanto a química. Algumas delas foram inclusive fechadas na hora da fiscalização; outras, em seguida".

Ela explica que a investigação e o eventual fechamento de comunidades transgressoras são um dos desdobramentos do trabalho de inspeção a essas instituições; outro são as diligências junto aos ministérios cobrando maior fiscalização e regulamentação das comunidades terapêuticas, uma lacuna que, segundo ela, abre espaço para as violações. "A regulamentação é aberta demais, e há um vácuo de fiscalização. Nesse vácuo elas fazem o que querem", aponta a procuradora.

A pouca fiscalização contrasta com o repasse cada vez maior de recursos públicos às CTs: segundo levantamento realizado pelo Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) e pela organização não-governamental Conectas, somente entre 2017 e 2020 as comunidades terapêuticas receberam cerca de R$ 300 milhões do governo federal, outros R$ 250 milhões de 14 governos estaduais e do Distrito Federal e mais R$ 19 milhões de nove prefeituras de capitais. "Mesmo que não tivesse a verba pública, por ser um serviço de interesse público, deveria ser fiscalizado. Ainda mais tendo verba pública. Essas comunidades recebem um valor considerável com quase nenhuma prestação de contas", assinala Filgueira.

> "SEM INVESTIMENTO PÚBLICO NÃO SE FAZ REFORMA PSIQUIÁTRICA"
>
> **ANA PAULA GULJOR**
> Presidente da Associação Brasileira de Saúde Mental

Manicômios, prisões, igrejas e senzalas

Outro relatório lançado em 2025, esse do Mecanismo Nacional de Prevenção e Combate à Tortura (MNPCT), vinculado ao Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDH), em parceria com o Grupo Psicologia e Ladinidades da Universidade de Brasília (UnB), sistematizou diversos documentos produzidos por órgãos federais sobre as comunidades terapêuticas desde 2011. O documento traça um painel da violência cometida de forma sistemática pelas comunidades terapêuticas há pelo menos 15 anos, e é taxativo: a violência e a violação de direitos não são exceção, mas sim o normal das comunidades. "Não existe isso de uma instituição boa ou ruim: são todas baseadas em um modelo manicomial. Em todas [as comunidades inspecionadas] faz parte do programa ser privado de liberdade. Então não há uma consonância com a Reforma Psiquiátrica", ressalta Carolina Barreto Lemos, perita do MNPCT.

Chama atenção no relatório o uso disseminado que as comunidades terapêuticas fazem do que chamam de "laborterapia", que emprega o trabalho dos internos na manutenção das próprias comunidades ou na produção de itens para serem vendidos, supostamente como forma de tratamento. "Laborterapia sequer é reconhecida do ponto de vista científico como uma forma terapêutica. É uma categoria forjada pelas comunidades para justificar o emprego dos próprios acolhidos na manutenção daquele espaço", denuncia a perita, complementando que, via de regra, esse trabalho é bem diferente daquele que tem uma perspectiva de terapia ocupacional, de reabilitação ou de profissionalização. "É o trabalho de limpeza, de capinar o terreno, de cozinha,

A tensão potente na formação para o SUS

Um dos desafios para a consolidação da Reforma Psiquiátrica passa pela formação dos trabalhadores que vão eventualmente reforçar a rede de atenção psicossocial do SUS. E nesse campo também há a manutenção do processo de luta que segundo Ana Paula Guljor marca a Reforma Psiquiátrica nesses 25 anos. O professor-pesquisador da EPSJV/Fiocruz Dênis Petuco chama de "tensão potente" um movimento que segundo ele vem ocorrendo no meio acadêmico brasileiro, que reivindica a necessidade de um olhar sobre a saúde mental a partir de referenciais que levem mais em conta a realidade brasileira. "Vemos um fortalecimento do pensamento decolonial no Brasil, pelo movimento negro começando a olhar para o racismo como uma questão importantíssima para a saúde mental", diz Petuco. E completa: "Isso dá uma desacomodada, produz tensões que são potentes dentro do movimento antimanicomial. Não sabemos muito bem o que vai ser essa saúde mental com a cara do Brasil. Mas a gente tem que inventar".

Petuco relata que essa efervescência motivou uma reformulação do currículo do curso de Atualização Profissional em Saúde Mental ofertado pela EPSJV/Fiocruz, a partir do diálogo com representantes do movimento negro, movimentos sociais, trabalhadores e da academia. "Nosso curso tem sido deliciosamente atropelado", comemora Petuco. Uma categoria que segundo ele o currículo procurou retrabalhar foi a da desinstitucionalização de certas práticas. "Os trabalhadores que atuaram muito tempo no manicômio, por exemplo, quando vão para um Caps muitas vezes seguem operando numa lógica manicomial", explica. "Trabalho também era um tema que aparecia pouco no campo da saúde mental brasileira", segundo ele. "É preciso perceber o quanto a precarização e a instabilidade produzidas pelo capitalismo produzem sofrimento psíquico", diz o professor-pesquisador da EPSJV/Fiocruz.

Outro desafio foi tratar do papel da saúde mental em emergências como a enchente que atingiu o Rio Grande do Sul em 2024 ou a operação policial no final de 2025 no Complexo da Penha, no Rio de Janeiro. "Como é que um serviço de saúde mental vai fazer de conta que não aconteceu nada? Tem gente que acessa o serviço de saúde reclamando de dificuldade para dormir, de ansiedade, e a gente vai simplesmente medicar essas pessoas? A gente até pode medicar, mas é preciso se dar conta de que tem um fundo político nesse sofrimento", adverte Petuco. Uma conexão não só com os princípios da Reforma Psiquiátrica, mas com os da própria Reforma Sanitária, diz ele. "Isso é determinação social do processo de saúde-doença. Não é só uma química cerebral desorganizada: a política de segurança pública do Estado detona com a saúde mental das pessoas; a política de precarização detona com a estabilidade no trabalho. Isso também produz uma angústia que nunca termina", reforça.

que é geralmente extremamente pesado, no qual as pessoas começam muito cedo e não são remuneradas", explica Lemos.

A perita avalia que a "laborterapia" em muitos casos confunde-se com a noção moderna de trabalho análogo à escravidão, numa junção de privação de liberdade com trabalho forçado e não remunerado, em condições precárias e degradantes. Tanto é que existem casos de comunidades terapêuticas que acabaram inscritas na chamada Lista Suja do Trabalho Escravo. O documento do MNPCT lista quatro comunidades na Lista de outubro de 2024, das quais 94 trabalhadores foram resgatados. Duas delas recebiam recursos do governo federal, e uma delas continuou a receber mesmo após ser incluída na Lista. As quatro eram ligadas a organizações religiosas e tinham pastores como seus responsáveis.

Um cenário que justifica a afirmação presente no relatório do MNPCT de que as comunidades terapêuticas são um amalgama entre manicômios, prisões, igrejas e senzalas. "A gente nota que [o público-alvo das CTs] é uma maioria de pessoas de baixa renda, vindas de periferias, que tiveram pouco acesso à educação, ao trabalho formal, em sua maioria pretas e pardas. Não é à toa. É para quem se dirige a política de drogas no Brasil", diz Lemos.

Essa é uma das contradições que marca o cenário atual do cuidado em saúde mental no país, onde ao mesmo tempo em que o Estado promove o cuidado em liberdade, os serviços de base comunitária e a redução de danos como estratégia de cuidado do SUS para pessoas em uso problemático de álcool e outras drogas, também destina milhões de reais em recursos públicos para as comunidades terapêuticas e seu projeto baseado na abstinência e na internação prolongada, uma antítese dos princípios da Reforma Psiquiátrica. Recentemente, por exemplo, em agosto de 2023, um decreto da Presidência da República criou dentro do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) um departamento quase que exclusivamente voltado aos interesses das comunidades terapêuticas: o Departamento de Entidades de Apoio e Acolhimento Atuantes em Álcool e Drogas, que administra o repasse de recursos públicos às CTs.

Professor-pesquisador da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz), Dênis Petuco concorda que há contradições, mas contextualiza: "Talvez seja polêmico o que vou dizer, mas que bom que voltamos a ter contradições. Temos o MNPCT fazendo relatório, processos formativos do Ministério da Saúde acontecendo país afora. A gente voltou a ter um ambiente onde o debate e a disputa são possíveis", comemora, para em seguida advertir: "Mas que pena que nesse ambiente de contradição somos minoritários. Estamos longe de ter a hegemonia".

Fortalecer o SUS é um caminho

Para Ana Paula Guljor, trata-se de um "jogo de soma zero": os recursos que vão para as comunidades deixam de ir para a expansão da rede de atenção psicossocial, que para ela ainda está muito aquém do necessário para atender o território nacional. "Sim, estão sendo habilitados novos Caps, mas poderia ser muito mais. Temos grandes lacunas de cobertura", cobra. É por isso que fechar a torneira do financiamento público para as CTs é prioridade para a Abrasme e para o movimento antimanicomial. E os relatórios de inspeção são fundamentais para cobrar medidas nesse sentido. "Nossa bandeira é o não financiamento público dessas comunidades terapêuticas e o maior investimento nas redes substitutivas de atenção psicossocial", resume a presidente da Abrasme.

Carolina Lemos, do MNPCT, ressalta que atualmente existem pouco mais de 80 unidades de acolhimento pelo país, que segundo ela são serviços públicos que substituiriam a demanda por comunidades terapêuticas. "São pouquíssimos. É um público que deixa de ser atendido pelo SUS e acaba escoando para as comunidades", aponta. E complementa: "A forma mais eficaz de desidratar as comunidades terapêuticas é fortalecendo o SUS".

Coordenadora da Comissão de Políticas de Saúde Mental e Drogas do Conselho Nacional de Direitos Humanos, Ana Paula Guljor conta que o órgão está elaborando um documento recomendando ao Ministério da Saúde que retire as comunidades terapêuticas da portaria que estabelece a Rede de Atenção Psicossocial. A portaria original de 2011 não as previa, mas elas foram incluídas no texto como "Serviços de Atenção em Regime Residencial" em 2017, à revelia dos conselhos nacionais da Saúde (CNS) e da Assistência Social (CNAS). O que acabou gerando uma situação ambígua: ainda que previstas na Raps, as CTs não são reconhecidas como equipamentos do SUS ou do SUAS, o Sistema Único de Assistência Social. O que na prática significa que elas também não estão submetidas aos mesmos critérios de fiscalização do poder público aos equipamentos de saúde e assistência social. A resolução RDC nº 29 da Anvisa traz alguns parâmetros de regulação dessas entidades, mas não são suficientes, segundo Guljor. "Não adianta você aumentar a fiscalização se não tem instrumentos para garantir uma punição. A RDC-29 é muito genérica. Não tem número de profissionais, não tem que tipo de profissionais ela [a comunidade terapêutica] tem que ter", critica.

Nos hospitais psiquiátricos, cenário se repete

Se é certo que as comunidades terapêuticas são hoje a "pedra no sapato" da Reforma Psiquiátrica, isso não significa que os hospitais psiquiátricos, principais adversários da luta antimanicomial há 25 anos, estejam mortos e enterrados. A influência política de seus apoiadores foi suficiente para conseguir que o Ministério da Saúde editasse uma portaria em 2017 incluindo os hospitais psiquiátricos entre os componentes da Raps, dando chancela ao investimento federal. No mesmo ano, no entanto, a Comissão Intergestores Tripartite (CIT) publicou uma resolução vedando a ampliação da capacidade instalada de leitos em hospitais psiquiátricos.

Um relatório de inspeção dos hospitais psiquiátricos publicado em 2020 pelo MNPCT, Conselho Federal de Psicologia (CFP), Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e MPT, identificou violações de direitos quase idênticas às que foram encontradas nas comunidades terapêuticas. A inspeção realizada em 2018 em 40 hospitais de 17 estados reuniu relatos de pessoas que sofreram toda espécie de violências no interior dessas instituições, indo do desrespeito à liberdade religiosa até abusos sexuais e denúncias de estupros cometidos por funcionários dos hospitais ou com sua conivência. Também foram registradas situações de trabalho forçado durante as inspeções. "Essas instituições são espaços propícios ao tratamento cruel, desumano e degradante, portanto, de tortura", resume o documento.

Mas o fato é que o processo de fechamento de leitos do SUS em hospitais psiquiátricos iniciado com a Reforma Psiquiátrica continuou progredindo. Segundo dados do Ministério da Saúde, entre 2017 e 2024 esse número caiu de 18 mil para pouco mais de 10,8 mil. Para se ter uma ideia, em 2002, um ano após a aprovação da Lei nº 10.216, a quantidade de leitos SUS em hospitais psiquiátricos era de 51,4 mil. Já o número de leitos de saúde mental (componente da RAPS para a atenção hospitalar), passou de 713 para 2,1 mil entre 2013 e 2024. "É um processo lento, mas que está caminhando", celebra Ana Paula Guljor. Para ela, no entanto, a Reforma Psiquiátrica vive um momento complexo. "Nessa transição para um governo no campo democrático-popular, a expectativa era que tivéssemos uma retomada potente. Hoje nós temos sim uma orientação no sentido dos avanços da Reforma, mas com investimentos muito tímidos para fortalecer as redes de atenção psicossocial no SUS. E sem investimento público não se faz Reforma Psiquiátrica", defende.



CHATGPT

IMPERIALISMO

Possivelmente a primeira vez que você ouviu o conceito "Imperialismo" foi na escola. A explicação era simples: nações mais fortes dominavam outras mais fracas para ampliar territórios, explorar recursos ou aumentar seu mercado consumidor. Os estudos eram então direcionados à expansão europeia, com exploração e partilha de diversos territórios. Uma forma de entender o imperialismo que não está errada – mas acaba limitada, especialmente diante das características do cenário global contemporâneo. Hoje, por exemplo, quando se pensa em nações imperialistas, é impossível não vislumbrar os Estados Unidos, suas invasões e subordinações econômicas de países mundo afora.

Essas dinâmicas de acumulação de riquezas, que vão se adaptando às especificidades de cada época, têm uma razão de ser: é a partir do imperialismo que o capitalismo pode se expandir. "Quando a gente olha para o modo como se travou o debate sobre imperialismo historicamente, uma das coisas que se foi capaz de reconhecer é que havia outros mecanismos ligados a ele, assim como uma necessidade de compreender a razão de sua existência à luz de uma determinada dinâmica social: o modo de produção capitalista", explica o professor do Departamento de Economia da Universidade Federal Fluminense (UFF) e integrante do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Marx e o Marxismo (Niep-Marx), Hugo Corrêa.

Os estudos mais sistemáticos sobre o tema começaram a ganhar forma no final do século 19, início do 20. Segundo o intelectual marxista Vladimir Lenin, considerado um dos mais importantes teóricos sobre imperialismo, algumas das características dessa política são a concentração do capital e a geração de monopólios, ou seja, poucas empresas dominando a economia; o surgimento do capital financeiro, a partir da fusão do capital de bancos e indústrias; o investimento (direto ou financeiro) em outras nações, levando fábricas, utilizando mão de obra mais barata de outros países; além da própria repartição de todo o mundo pelo grande capital e pelos Estados que os representavam. De forma bastante resumida: grandes potências disputando poder, a partir de diferentes frentes.

Mas para que este sistema se mantenha, é necessário (muito) mais do que força. É preciso que haja uma estrutura de convencimento que torne os ideais imperialistas um consenso. Quem se lembra do Zé Carioca, personagem criado pelos estúdios *Walt Disney*, em 1942? O papagaio com personalidade do "malandro carioca", é uma representação típica desse imperialismo cultural norte-americano. Durante a 2ª Guerra Mundial, após um período de oscilação brasileira entre Alemanha e Estados Unidos, o Zé Carioca reforçava a aliança política e econômica deste país com o Brasil.

Foi o teórico italiano Antonio Gramsci quem deu destaque à importância do consenso e da hegemonia cultural na discussão sobre imperialismo. Gramsci reforçou que o poder imperialista se mantém por diferentes aparatos, como a educação. "Ele analisa essa ampliação em duas direções: de um lado, a absorção de parcela das reivindicações populares, retirando seu aspecto mais contundente e, de outro lado, as classes dominantes intensificam suas próprias organizações para fazer frente aos subalternos", diz a professora da Pós-Graduação em História da UFF, Virgínia Fontes. E complementa: "Para além de cargos e influência que já exercem na economia e no Estado, [as classes dominantes] passam a ocupar espaços aparentemente não estatais, como mídia, escolas e associações" afirma a também coordenadora do GT História e Marxismo, da Associação Nacional de História (Anpuh).

No livro O Brasil e o Capital-Imperialismo (2010), uma parceria entre a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) e a Editora UFRJ, Fontes afirma que para que o capitalismo possa se expandir, pessoas perdem o controle sobre condições que garantem suas vidas, ou seja, são expropriadas de diversas formas. "Expropriações, por exemplo, dos povos do campo, com um avanço brutal na expropriação de águas (doces e salgadas); de conhecimento (que passa a ser patenteado, ao invés de pertencer à humanidade); de direitos, que representavam conquistas das classes dominadas (os quais procuravam compensar a rude mercantilização, como aposentadorias, férias, direitos sociais)", enumera a professora da UFF. Ela complementa: "Talvez o mais grave de todos seja a expropriação das condições de vida no planeta, que está em curso e sobre a qual acompanhamos o colapso ambiental, e estamos assistindo às formas de 'rentabilização/acumulação' capitalista sobre os destroços que provocam, através do 'capitalismo verde'. Todos esses processos expropriatórios seguem se aprofundando de maneira espantosa", reforça.

O mundo hoje

Desde o início do segundo mandato de Donald Trump como presidente dos Estados Unidos (2025), diversas políticas imperialistas têm se dado de forma mais acentuada. Nos episódios prévios à prisão do ex-presidente Jair Bolsonaro, Trump chegou a tentar intervir na democracia brasileira com medidas restritivas e tarifas elevadas – algumas delas não tendo sido levadas à frente. Desde os atentados de 11 de setembro de 2001, o país tem se utilizado da força militar, com um discurso de "levar democracia" a nações como Iraque e Afeganistão. Outro caminho tem sido por vendas de armas e financiamento de operações militares, como junto ao exército de Israel contra a população palestina, em Gaza. Já nos primeiros dias de 2026, os EUA invadiram a Venezuela e capturaram o presidente Nicolás Maduro e sua esposa – uma violação direta à sua soberania. Mais recentemente, os Estados Unidos e Israel iniciaram uma guerra contra o Irã, numa campanha que o próprio presidente estadunidense Donald Trump disse ter como objetivo instaurar um governo pró-Estados Unidos no país, considerado estratégico para o comércio global de combustíveis fósseis. Para Corrêa, o país ainda representa o centro do sistema imperialista. "Se a gente compara o momento atual com

um momento histórico um pouco anterior, o que a gente via era uma capacidade de exercício de poder, muito mais pelo consenso e menos, mas nunca ausente, pela coerção. E talvez esse seja o traço que mais se evidencia em termos de diferença com o período contemporâneo, no qual tem se mostrado cada vez mais preciso abrir a caixa de ferramentas e partir para a dominação e coerção diretas, se não pela força econômica, pela força militar,", afirma, complementando que, para alguns, esse poderia ser um sintoma da crise de hegemonia dos Estados Unidos. Algo que só será possível descobrir com o tempo, reforça o professor. "Eles estão buscando recuperar isso, seja pela força, seja pelo exercício de outros tipos de aparelhos que dispõem. O que vai dizer se, de fato, esse é o fim próximo da hegemonia norte-americana ou não é o desdobramento dessa história. É o quanto dessas cartadas vão ser efetivas, se veremos apenas uma reorientação do sistema imperialista em torno de uma nova potência, ou se a gente finalmente vai conseguir produzir algo melhor em termos de organização social", explica.

Outra nação que tem levantado debates sobre sua política imperialista (ou não) é a China. Virgínia Fontes aponta que, diferentemente dos Estados Unidos, a expansão deste país se deu a partir de um processo que gerou uma economia capitalista liderada por um partido comunista. "Uma experiência diversa da antiga União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e para a qual não temos parâmetros históricos seguros de análise", diz. Ela afirma ainda que não há, entretanto, nenhum projeto conhecido de expansão do "modelo" chinês para além de suas fronteiras. "A China, portanto, vive um sistema peculiar, com contradições entre capital e trabalho, que vem sendo empalidecidas pelo planejamento estatal. Seu sucesso industrial e mercantil é ao mesmo tempo o que o capital-imperialismo liderado pelos EUA pretende conter e bloquear", adiciona.

Já Hugo Corrêa é mais enfático ao dizer que, em sua opinião, as evidências de um processo de transição socialista na China são cada vez mais escassas. "É difícil não entender a defesa dos interesses, de abertura de rota comercial, de formação de um sistema financeiro alternativo ao que se tem hoje, de compra de terras e investimento em países estrangeiros etc., como algo que não responda às necessidades de acumulação do capital chinês, e, nesse sentido, diretamente ligado a uma lógica imperialista", frisa.

Imperialismo brasileiro?

Com o maior PIB da América do Sul, maior mercado consumidor e peso diplomático na região, o Brasil tem expandido empresas de engenharia, mineração, entre outras, para países vizinhos e da África. A professora da UFF destaca que o Brasil não tem "políticas oficiais" imperialistas, mas parcelas das burguesias brasileiras têm grande porte tanto no cenário nacional quanto internacional. "Diversos governos brasileiros oferecem sustentação às práticas expansionistas de tais burguesias, como se evidenciou no momento do tarifaço imposto por Trump, em que grandes empresas brasileiras que apoiaram a candidatura Trump tornaram-se negociadoras, por meio de uma diplomacia empresarial. Ao mesmo tempo que se mostra forte para fora, o Brasil também sofre o peso do imperialismo de nações maiores, o que acaba por desarticular a estrutura interna do país", explica Fontes. Um cenário que, somando-se à projeção externa, é chamado por alguns autores de subimperialismo.

Hugo Corrêa, por sua vez, afirma que o Brasil é um enigma à parte. "O Brasil já teve uma capacidade maior de se posicionar de forma subimperialista no mundo. Talvez o último grande período em que a gente tenha visto grandes projetos do capital nacional operando em outras regiões tenha sido no auge das grandes construtoras que agora atravessam um cenário distinto, especialmente na África e parte da América Latina", explica o professor.

> O conceito formulado por Ruy Mauro Marini fala sobre a forma pela qual economias dependentes, integradas ao capital internacional, projetam poder econômico, político e militar sobre sua região, ganhando espaço para controlar mercados regionais e intervir em países vizinhos.

Imperialismo x Democracia

E se por um tempo, o capitalismo pôde se expandir sem romper com a democracia formal, é possível observar indícios de que a democracia atual não dá mais conta de garantir essa expansão. E é aí que as "forças antidemocráticas" crescem. É também nesse ponto que organismos multilaterais perdem o poder como é o caso da Organização das Nações Unidas (ONU), que tem recebido críticas por sucessivos "atropelos" em suas ações diplomáticas. Um fato importante sobre isso é que, embora não estejam funcionando da forma como foram pensados, tais órgãos também não estão necessariamente falhando. "O que acontece é que eles foram pensados como uma espécie de ambiente de cooperação internacional que nunca poderia retirar – pela própria natureza do sistema capitalista –, os elementos de conflito que existem por divergência de interesses econômicos e políticos", afirma Hugo Corrêa. Uma explicação que se soma aos riscos que acabam se impondo à democracia, e que vão abrindo espaço para pensamentos que fomentam o imperialismo. E daí, ao invés de se pensar em frear a lógica da acumulação, nações imperialistas passam a questionar "Então, o ideal seria a gente tirar a democracia do caminho, certo?", indaga o professor. Por isso, ele sugere um olhar ampliado para a situação, tendo em vista que o plano deve passar por uma mudança social. "Pela superação do capitalismo. Pensado de modo que a gente consiga responder aos diferentes âmbitos da sua crise, especialmente aquele que é hoje o mais urgente, que é o colapso climático ambiental. Sem descuidar, é claro, da vida, da luta cotidiana, por todas as outras bandeiras que a gente conserva", conclui Hugo Corrêa.

ERIKA FARIAS

Zé Gotinha 40 anos

O maior símbolo da vacinação no Brasil está completando 40 anos em 2026. Criado em 1986 pelo artista plástico mineiro Darlan Rosa, seu objetivo na época foi contribuir com os esforços para a erradicação da poliomielite (também chamada de paralisia infantil). Deu certo: a doença foi erradicada em 1989, muito por conta do aumento na cobertura vacinal em virtude das campanhas. O sucesso do Zé Gotinha foi tanto que o personagem se tornou presença certa nas estratégias de comunicação do governo federal desde então.

"Havia muito naquela época a educação pela punição, era mais fácil falar 'ou você vacina ou você vai ficar aleijado ou você vai morrer' do que dar uma mensagem positiva. As campanhas de vacinação eram meio 'terroristas' e eu queria trazer a criança para o meio e transformar o Dia Nacional de Vacinação em um dia de festas"

Darlan Rosa, criador do Zé Gotinha, em entrevista ao G1



IMAGEM GERADA COM AUXÍLIO DA FERRAMENTA DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL GOOGLE GEMINI

Aumentar a cobertura vacinal permanece um desafio. A partir de 2016 houve uma queda gradual nas imunizações, chegando a apenas 81 milhões de doses aplicadas em 2021 – bem inferior ao pico registrado em 2008, com 213 milhões de doses aplicadas. A tendência foi revertida nos últimos anos, mas não o suficiente para evitar a retomada de enfermidades antes controladas, como o sarampo. A própria poliomielite encontra-se em risco iminente de reintrodução no país. Nesse cenário, ainda que com nova roupagem e linguagem adaptada a um mundo mediado pelas redes sociais digitais, o Zé Gotinha ainda tem seu lugar, possivelmente por mais 40 anos.

ANDRÉ ANTUNES

Já pensou em ficar sabendo de tudo que acontece na Poli em tempo real?

Nas nossas mídias sociais, você pode acompanhar diariamente todas as novidades sobre a Escola, informações sobre saúde, trabalho e educação, além de destaques da área Educação Profissional em Saúde!

90K

Somados, nossos perfis já contam com mais de **90 mil seguidores!** E é bem fácil seguir, somos **@polifiocruz** em todas as mídias sociais: Facebook; Instagram; X; Threads e YouTube.

Fique por dentro do dia a dia da Escola Politécnica: cursos e seus calendários de inscrição; notícias; reportagens; publicações científicas; projetos; trabalhos e pesquisas. E você ainda conhece quem são os trabalhadores e estudantes que transformam a nossa Escola em um espaço de produção da ciência seguindo os princípios da educação politécnica antirracista todos os dias.

Venha conhecer mais nosso trabalho!

ESCOLA POLITÉCNICA DE SAÚDE JOAQUIM VENÂNCIO

FIOCRUZ

SUS